

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Rafael Cardoso dos Santos

**“Só Jesus Cristo Salva”: Os Batistas e o Processo de
Redemocratização (1974 – 1997)**

Feira de Santana

Novembro de 2016

Rafael Cardoso dos Santos

“Só Jesus Cristo Salva”: Os Batistas e o Processo de Redemocratização (1974 –
1997)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora da Universidade Estadual
Feira de Santana, como exigência para obtenção
do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Doutora Elizete da Silva.

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana
Novembro, 2016

Folha de aprovação

A banca examinadora considera esta monografia adequada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana, 07 de novembro de 2016.

Prof.^a Dr.^a Elizete da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof. Ms. Jorge Nery Santana
Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof. Ms. Darlinton Paranhos
Universidade Estadual de Feira de Santana

Autorização

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação/tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ **Local e Data:** _____

*Para Inho e Inha,
Que me deram a maior herança: o conhecimento.*

Agradecimentos

Esse momento vem revestido de muita emoção e carinho pois é nele que nós reverenciamos e agradecemos a todos que de um modo ou de outro – muitas vezes sem nem ter conhecimento – ajudou na formação deste trabalho e no vencer de mais uma etapa. Peço de antemão perdão aos que por um modo ou outro terminarem não sendo citados aqui, pois a memória é um terreno traiçoeiro.

Em primeiro lugar venho agradecer ao Senhor da Criação, Nzambie Mpongu, aquele que desde o início fez tudo, com grande sabedoria formando todas as coisas como devem ser e todos os caminhos como devem ser trilhados. Nesse momento de gratidão espiritual venho dedicar minha felicidade ao dono de meu mutue (cabeça) Tat’etu Mutaalombo, o grande Soba Mukongo (Rei Caçador) que em sua trajetória, venceu grandes desafios para o bem de seu ganzu (comunidade). À ele, que teve grandes vitórias e em quem busco me espelhar nas adversidades da vida, meu eterno e humilde Nzambie nua kuatesa (Deus Ihe pague).

Em segundo lugar agradeço aos meus pais Aurelino Batista dos Santos e M^a Aparecida Cardoso dos Santos (meu inho e minha inha, respectivamente) – fiz questão de frisar os seus nomes completos para que todos saibam de minhas origens e que trago sangue de batalhadores. Com Inho aprendi, com atitudes, que a postura reta e idônea é o melhor caminho para um homem e que a honestidade é o maior valor que podemos ter, mesmo em tempos que esta tenha pouco valor. Com Inha, para além dos ensinamentos anteriores, aprendi que o que mais vale é a iniciativa e a vontade de conhecer cada vez mais. Sem eles, realmente, eu não seria quem sou e não teria chegado até aqui.

Em terceiro lugar agradeço à minha orientadora, Elizete da Silva. A grande Silva, que me mostrou a importância, os segredos, os “fundamentos” e com toda sua sabedoria me guiou pelas veredas da pesquisa. Em 6 anos de caminhada aprendi muito mais com ela que em 8 anos de disciplinas e atividades acadêmicas. A ela se deve, também, cada linha escrita nesse trabalho com grande esforço. Nzambie nua kuatesa, grande mestra.

Em quarto lugar agradeço às pessoas importantes que foram companheiros nessa caminhada como meu sacerdote Taata Muanzakiazenji (Rafael Freitas), minha Maama N’dengwe (Mãe Pequena) M’banze Malunda (Aline Assis) e minha companheira Nátali Yamas – a ordem pode estar inconscientemente respeitando uma hierarquia, mas não nivela a importância de cada um. À minha companheira eu agradeço a paciência e companheirismo de

entender as ausências, de relevar o *stress*, de me dar forças quando a luta parecia muito grande. Com amor e perseverança chegamos até aqui; à minha mãe pequena, agradeço pelo incentivo, pelo apoio e por todo carinho e compreensão nos momentos em que precisei me fazer omisso dos meus deveres religiosos. Ao meu sacerdote (meu pai espiritual e zelador) agradeço eternamente por me religar à minha ancestralidade, a me ajudar a compreender as dificuldades do mundo espiritual que me conturbavam, ao companheirismo e força que, mesmo quando não tinha pra si, buscava me passar e me confortar em momentos de angústia. Por todo seu ensinamento, Nzambie nua kuatesa.

Em quinto lugar, venho agradecer às pessoas que contribuíram diretamente, também, para que tudo isso acontecesse. Vou citar três que de forma especial se destacam, seriam meus eternos professores Ana Claudia e Flaviandekson Teixeira e a minha Tia Edna Maia. Começando por Pró Claudia, venho agradecer por me apresentar os encantos da escrita e da literatura, por me mostrar o quanto podemos mudar o mundo a partir das palavras. Ela que me viu criança, ainda despertando o gosto pela leitura e pela escrita e que tanto me incentivou. Tia Edna, que sempre esteve ao nosso lado nos bons e maus momentos, agradeço por me ajudar no período do cursinho, quando estávamos com dificuldades financeiras, assim como na inscrição do vestibular. Sem sua ajuda, com certeza, teria sido muito mais difícil. Ao meu grande Mestre Tony (Flaviandekson), agradeço por me ensinar, sob uma didática eficaz, o melhor modo de estudar, assim como me passou diversos ensinamentos sobre a melhor forma de guiar a vida. Admiro grandemente sua trajetória, se tornando para mim um referencial. Sempre foi e será um homem à frente de seu tempo.

Em sexto lugar, mas não menos importante, agradeço às minhas famílias matrizes, de onde veio minha história e quem sou eu: aos Cardoso e aos Dos Santos. Sobrenomes que demonstram que nossa origem vem dos perseguidos, dos explorados e dos marginalizados, povo que ajudou, com suas próprias mãos, a construir todo nosso país. Gostaria de ressaltar meu agradecimento a Tia Marta e Tia Jaci. Não que sejam mais importantes, mas foram elas que, em momentos que minha mãe, ainda na minha primeira infância, necessitava trabalhar, cuidaram com tanto amor de mim e ainda cuidam. Mesmo distante nossa relação sempre será revestida do amor e cuidado que mantinham desde que eu ainda nem lembrava das coisas.

Em sétimo lugar agradeço aos meus companheiros de UEFS que sempre me deram forças para não desistir, quando eu pensava não haver mais outro caminho. À Jack (Jackson Lopes) meu carinho eterno por seu grande coleguismo e aos puxões de orelha que me dava

nos encontros esporádicos pelo Feira VI. A Daí (Daiane Pires), antiga colega de CPR (Centro de Pesquisa das Religiões) pelos conselhos e pelo exemplo, mesmo sem saber em muito me ajudou. A Lu (Luciane Almeida), minha eterna coorientadora, a qual me ensinou muito nos primeiros passos da pesquisa – desde a delimitar meu tema, a como fazer uma entrevista. Os contextos nos afastaram, mas meu carinho e admiração permanecem o mesmo. A Zozimo Trabuco, mesmo com pouca interação, sua trajetória como historiador – grande historiador – me serviu, em diversos momentos, de inspiração para pesquisar. Aos meus colegas do CPR – neste ponto gostaria que todos se sentissem agradecidos – pelas discussões e contribuições dadas durante todo o período da pesquisa. A minha colega Cida, onde nessa fase final nos aproximamos pela mesma angústia, pela divisão das dores de formar e pelos desafios da conclusão de curso. A Bruna Santana, grande amiga, a qual levarei com imenso carinho pela força nos momentos difíceis da vida acadêmica – momentos compartilhados por ambos – e pelas angústias do ser universitário e estudante de licenciatura assim como nas batalhas da vida pessoal. Que sua luta não seja nunca em vão. A todos vocês meu Nzambie nua kuatesa.

Em ultimo lugar a todos os outros que não foram citados, mas tem grande importância. Agradecimentos de uma monografia seria um espaço muito pequeno para tantas pessoas. Que Tat'etu Leemba, o enviado de Nzambie para ser o Pai da Criação, possa devolver em gunzu nigunzu kibuki asekere kua kalunga (Força, vida e felicidade infinita) tudo o que me deram. Palavras são muito pouco para agradecer a tudo que vocês fizeram e ainda fazem por mim.

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados obtidos na pesquisa Os Batistas e o processo de Redemocratização na Bahia (1974 – 1997). O objetivo principal desta investigação é analisar as práticas e representações da Denominação Batista, na Bahia e no Brasil, sobre as mudanças políticas do período delimitado, tendo como foco a análise das práticas do grupo, a formação do Movimento Evangélico Progressista (MEP), que teve entre seus fundadores Walter Pinheiro (PT), Secretário da Educação do Governo da Bahia, e que no período junto com outros protestantes como Robinson Cavalcanti (Bispo Anglicano), Paul Freston (Sociólogo evangélico inglês) e Pedro Rocha, batista, atual assessor técnico da Coordenação de Gestão dos Fundos (Cogef) da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (Sema) e coordenador da Aliança Bíblica Universitária da Bahia – no período – organizaram este movimento com o objetivo de formar uma consciência nos cristãos protestantes do seu dever de participar de forma ativa da política nacional, colocando-a em uma posição diferente da anterior: o campo político, que era visto como um campo de Satanás era apresentado por eles como o “filé-do-mundo”. Essa posição assumida por esses Evangélicos Progressistas iam de encontro às práticas clientelistas, assumida pelos grupos protestantes (tanto históricos como pentecostais), e a postura apolítica que condenava a participação política, por ser algo “mundano”. Isso gerou conflitos entre conservadores – que tinham a política como um campo repleto de pecado em seus discursos, mas que na prática tinham estreitos laços com a política partidária – e os evangélicos progressistas – que criticavam, veementemente, essa postura buscando conscientizar os cristãos evangélicos do seu dever de cidadão e da necessidade de serem atuantes na política, como em todos os outros campos da sociedade. Divergências que existiam na visão política de cada grupo e que, em certos pontos, influenciava na visão teológica e práticas políticas de ambos.

Palavras-chave: Protestantismo – Política – Batistas – Progressistas.

Abstract

This final paper presents the obtained results in the research *The Baptists and the process of redemocratization in Bahia (1974-1997)*. The main objective of this research is to analyze the practices and representations of the Baptist Denomination in Bahia and Brazil, on the political changes of the defined period, focusing on the analysis of group practices, the formation of the Progressive Evangelical Movement (MEP), that had Walter Pinheiro (PT) among its founders, the secretary of education in the Government of Bahia, and in the period along with other protestants as Robinson Cavalcanti (Anglican Bishop), Paul Freston (English evangelical sociologist) and Pedro Rocha, baptist, current technical advisor of the Management of Funds Coordination (COGEF) of the Environment's Department in Bahia (SEMA) and coordinator of the UFBA's University Biblical Alliance – in this period – they organized this movement with the aim of forming a conscience in Protestant Christians of their duty to participate in active form of national policy, placing it in a different position from the previous one: the political field, which it was seen as a field of Satan, it was presented to them as "filé-do-mundo". This position, taken by these Progressives Evangelicals, went against costumer practices assumed by Protestant groups (both historical and pentecostal), and apolitical stance condemning political participation, being "mundane". This posture created conflicts between conservatives - who had politics as a field filled with sin in their speeches, but in practice they had close ties to entourage politics - and progressive evangelicals - who criticized vehemently that stance seeking educate evangelical Christians their duty of citizens and the need to be active in politics, as in all other areas of society. Differences that existed in the political vision of each group and, at certain points, influenced the theological vision and both political practices.

Keywords: Protestantism - Politics - Baptists - Progressives

Lista de Siglas

- ABU – Aliança Bíblica Universitária
- ABUB – Aliança Bíblica Universitária do Brasil
- ACA – Associação Cristã Acadêmica
- AEVB – Associação Evangélica Brasileira
- AFAS – Associação Feirense de Assistência Social
- AP – Ação Popular
- APML – Ação Popular Marxista Leninista
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- CBE – Congresso Brasileiro de Evangelização
- CBB – Convenção Batista Brasileira
- CBBa – Convenção Batista Baiana
- CBF – Convenção Batista Fluminense
- CEB – Confederação Evangélica do Brasil
- CIS – Centro Industrial do Subaé
- CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- Cogef – Coordenação de Gestão dos Fundos
- CPR – Centro de Pesquisas da Religião (UEFS)
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FTL – Fraternidade Teológica Latino-Americana
- IBA – Igreja Batista Alvorada
- IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil
- IPU – Igreja Presbiteriana Unida
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- MEP – Movimento Evangélico Progressista
- MOCEC – Movimento Colegial de Estudantes Cristãos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Primeira Igreja Batista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PSD – Partido Social Democrata

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Sema – Secretaria do Meio Ambiente da Bahia

SIM – Sistema de Integração do Migrante

STBNe – Seminário Teológico Batista do Nordeste

UCEB – União Cristã dos Estudantes do Brasil

UDN – União Democrática Nacional

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Metodologia	14
Referencial Teórico	18
Fontes	20
CAPITULO 1 – Os Batistas e a política na Bahia: Antecedentes históricos e os anos 1980	23
A chegada em Feira de Santana	31
Os Batistas e as Relações Políticas	38
O antiecumenismo Batista	42
Os Batistas e o Regime Civil Militar	44
Os Batistas e os Anos 1980	47
As Relações Políticas: Conservadores x Progressistas	49
CAPITULO 2 – A voz da Convenção: entre o discurso e a prática dominante	54
A Convenção e as Autoridades: a relação com os regimes e as autoridades políticas	55
Os “Milagres de Deus”: rádios, canais de televisão e outras concepções aos batistas	60
Liberdade Religiosa e outras questões: reivindicações políticas dos conservadores	66
CAPITULO 3 – O retorno dos Progressistas: um velho novo discurso	72
“Trabalhar em uma linha progressista”: A formação do Movimento Evangélico Progressista (MEP)	75
Aliança Bíblica Universitária: progressismo na academia	82
CONSIDERAÇÕES	
FINAIS	87
FONTES	89
BIBLIOGRAFIA	91

Introdução

O objetivo desta pesquisa é estudar as práticas políticas da Denominação Batista, durante o processo de redemocratização política, que pode ser compreendido pelo período de 1974, quando inicia o governo de Ernesto Geisel com a política de reduzir a linha dura implantada pelo AI-5 e início de uma flexibilização política, perpassando pela promulgação da Constituição Federal de 1988 marcando, enfim, o início de um novo período de democracia no País e seus desdobramentos pós eleições de 1989 (primeira eleição direta para presidente) e que o País vivenciou após o Regime Civil Militar.

A participação de membros de comunidades batistas em partidos políticos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e a criação do Movimento Evangélico Progressista (MEP) são analisados como fatores determinantes para a construção de uma nova mentalidade e novas práticas religiosas e políticas na Denominação Batista. É fruto de reflexões e leituras no Centro de Pesquisas da Religião (CPR) ao longo da Graduação em História.

Analisamos a inserção de membros da Denominação Batista na vida partidária da política brasileira. Nesse processo podemos ver as relações de barganha política no período ditatorial e o surgimento de um novo perfil de progressista evangélico, nos anos 1980, os quais passam a ter mais espaço na política nacional e nas próprias comunidades batistas o que vai causar um conflito entre estes e os conservadores, dentro das comunidades batistas. O cerne deste trabalho é olharmos o conflito entre esses dois grupos políticos de evangélicos e como os discursos e representações de cada grupo se alinhavam ao conflito político na realidade nacional que passou a existir nos anos 1980: a velha direita conservadora x a nova esquerda progressista que se desenvolveu no Brasil.

Metodologia

Para uma rápida análise podemos conceituar conservadores e progressistas políticos dentro de dois viés de ação política. A antiga elite oligárquica, que baseava seu discurso político dentro da ideia de moralidade e num discurso econômico liberal (e após os anos 1970, neoliberal) onde visam o mercado e as lógicas acumulativas do capitalismo (livre concorrência individual) como o melhor caminho para o desenvolvimento do bem estar social estaria enquadrada como Direita ou direitista e, por conseguinte, alinhados ao pensamento

conservador ou reacionário. Dentro desse grupo se encaixariam os fundamentalistas protestantes – conhecidos também como *tradicionais*. De acordo com Elizete da Silva (2010)

“Os fundamentalistas defendiam o retorno às verdades bíblicas, aos fundamentos da fé reformada” e tinham lutas muito claras pois para eles “os principais inimigos do protestantismo eram: a Igreja Católica, o socialismo, a filosofia moderna e o espiritismo” mediante a essa característica voltada para a conservação da fé e de seus fundamentos o grupo “se adéqua perfeitamente ao conservadorismo ético e político, desde as suas origens, quando se opunha às novas leituras bíblicas que levavam em conta os problemas sociais e políticos”¹.

Em uma proposta dialética, fazendo oposição a esta postura política surgem os progressistas que historicamente aparecem na figura dos populistas ou dos comunistas que viam nas políticas sociais uma forma de equilibrar as desigualdades causadas pelo mercado capitalista, baseando-se no apoio às classes trabalhadoras, as minorias sociais sua pauta política mais forte. Estes se enquadrariam na linha progressista ou na esquerda política. Dentro dessa linha política a “ideia de progressista, ela se define inicialmente em oposição a de conservadores. Poderiam ser expressas nas díades: ecumenismo x fundamentalismo; progressista x conservador”². No campo protestante, e aí entramos em um âmbito onde as visões teológicas e políticas por diversos momentos se cruzam, temos esse mesmo embate dentro do protestantismo no mundo e no Brasil durante as décadas de 1930 até os idos dos anos 1990.

Os protestantes, por fazerem parte da sociedade brasileira desde os finais do século XIX, sempre foram visualizados pelos políticos de diversos períodos e o seu crescimento demonstrava a vantagem de tê-los ao seu lado. Assim, como “povo ordeiro” – como serão sempre vistos tanto por eles próprios quanto pelas autoridades constituídas – quando criaram suas relações com a política desde a chegada dos missionários norte-americanos, até o começo do século XX e durante a década de 1940, pós constituição de 1946, quando também eram vistos como “Politicamente articulados” como podemos analisar em um trecho do trabalho de Ziel Machado quando afirma que:

Este novo movimento de esquerda no mundo evangélico traz consigo algumas novidades que serão analisadas posteriormente. Entre essas novidades, está o fato de que ele é formado por um grupo de pessoas comprometidas com uma perspectiva teológica conservadora – isto é, que

¹ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS. 2010. p. 37

² *Idem*, p. 35.

mantém as ênfases tradicionais do mundo evangélico na Bíblia, na oração e na conversão pessoal –, são politicamente articuladas, estão plenamente integradas às suas igrejas e se propõem a uma militância em duas frentes: na igreja e na sociedade, por meio dos partidos políticos e movimentos sociais³

Em outras palavras – e reafirmando uma das ideias que o título desta pesquisa traz – as diferenças políticas eram o principal ponto de divergência entre conservadores e progressistas dentro das comunidades protestantes – e no caso específico, batistas – entretanto ambos os lados traziam nos seus discursos a ideia de que “só Jesus Cristo salva” a política e a nação brasileira.

Podemos citar, como exemplo, a relação de poder dentro da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) que, após o Golpe Militar de 1964 teve as diretorias tomadas pelos conservadores, os quais passaram a perseguir e expulsar, aos poucos, os jovens pastores ecumênicos e progressistas em geral⁴. Nos anos 1980, essa disputa volta, porém, no campo político. Os progressistas se alinharam aos novos e antigos partidos de esquerda e passaram a atuar, dentro das comunidades, na busca de uma conscientização do dever cristão de ser cidadão plenamente vinculado nas questões sociais do País.

Durante o período de 1974 até 1988 o País vivia uma crescente movimentação em prol da liberalização e afastamento dos militares do controle político, fruto de discussões que vinham acontecendo desde o governo Médici (1969 – 1974) e que ganharam força no governo de Ernesto Geisel (1974 – 1979). No governo de João Figueiredo (1980 – 1985), ocorreu o movimento político das “Diretas Já” pelo voto direto para presidente (1983/1984). Em 1985 foi eleito pelo colégio eleitoral Tancredo Neves, o primeiro presidente civil indicado pelo Colégio Eleitoral que terminou morrendo sem tomar posse deixando seu cargo para o vice José Sarney, que fazia parte do Partido da Frente Liberal (PFL) – que na Bahia era liderado por Antônio Carlos Magalhães.

Em 1988 foi promulgada a atual Constituição Federal, denominada de “a democrática” e em 1989, a primeira eleição direta para o cargo de Presidente da República, momento em que o Partido dos Trabalhadores (PT) lançou Luís Inácio “Lula”, fundador do partido, como candidato, disputando o cargo presidencial com Fernando Collor (PRN). Em meio a essas

³ MACHADO, Ziel. *Sim a Deus, sim à vida: evangélicos redescobrem a sua cidadania*. Rio de Janeiro : Novos Diálogos, 2011. p. 28.

⁴ FERREIRA, Muniz. “Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumênico brasileiro” In. DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Teixeira; LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros (org.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010.

mudanças que ocorriam no Brasil, vários grupos religiosos já estavam em constante contato e ação, dentre eles a Denominação Batista.

Durante boa parte da primeira metade do século XX não só os batistas, mas os protestantes históricos em geral⁵, já tinham um crescimento numérico expressivo e muitos membros detinham um status social de classe média ou faziam parte da elite política e econômica. O discurso de não envolvimento com a política passou a ser questionado, pois a relação proselitista dos batistas e de outros grupos podia ser facilitada pela participação nas instâncias do poder. Porém, a maior das preocupações desses reformados era com a liberdade religiosa fruto da disputa de espaço religioso com o catolicismo. Motivados por fatores internos e externos podemos observar que “já nos anos 1940, intensificou-se a busca por espaços sociais, especialmente no âmbito político”⁶. Após a Constituinte de 1986, os evangélicos vivenciaram um boom no seu número de membros e os batistas não fugiram à regra. Porém, o mais intrigante foi a candidatura de fiéis para as eleições estaduais e municipais dos anos 1980 e 1990 por partidos de esquerda.

Essa posição seria incomum em períodos anteriores, inclusive, no Regime Militar, que antecederia o período estudado, onde a imagem dos evangélicos em geral – o que inclui os batistas – era de aliados ao Governo. A vinculação de fiéis batistas em partidos de esquerda indica uma mudança na postura e no pensamento político, ou então seria simples busca por conquistar expressividade, o que será analisado, ao longo deste trabalho, nas metas buscadas por esses políticos. É objetivo da pesquisa, observar e analisar o que fora o MEP, haja em vista que “permitiu a abertura de espaços para discussão de ideias progressistas no seio de Igrejas Batistas”⁷ postura que até os anos 1980 seria condenada por grande parte das lideranças denominacionais.

Nesse período podemos ver a gradativa inserção dos batistas no campo da política, a ponto de se tornarem coparticipantes da política partidária nacional. Estes passaram a buscar um envolvimento mais direto com as lideranças políticas, enquanto apoiavam, diretamente, o Regime Militar, chegando a fechar os olhos para os ideais de democracia, antes pregados como características permanentes do grupo e passaram a agir sem o consentimento dos demais membros. Finais dos anos 1970, não só os batistas como os demais protestantes

⁵ Que correspondem aos grupos do protestantismo de origem anglo-saxônica como batistas, metodistas, presbiterianos, luteranos, anglicanos e congregacionais.

⁶ SILVA, Elizete 2010, *op. cit.*, p. 63.

⁷ GUIMARÃES, Tarcísio Farias. *Os Batistas e as questões políticas em Feira de Santana*. IN. Epistemê, Feira de Santana, ano 4, n.1, jan/jun 2002. p. 38

progressistas, passam a criticar a velha relação política clientelista, em detrimento de uma participação ativa na política partidária. Muitos evangélicos se filiaram a partidos de esquerda, a exemplo do PT, oriundos de grupos para-eclesiásticos, como a Aliança Bíblica Universitária (ABU) e outros grupos, onde compartilhavam do mesmo ideal político o que lhes propiciaram formar o MEP.

Dentre os grupos reformados, houve uma variante nas práticas e representações ante as questões políticas chegando ao ponto de haver uma renovação nas representações entre os grupos protestantes históricos. Os conflitos políticos que existiam dentro da Denominação Batista – que podem ser notados nos seus periódicos e nos relatos de pessoas que viveram no período – refletiam, claramente, um conflito político em nível nacional e mundial – a guerra ideológica entre Capitalismo e Socialismo – e em nível nacional que seria a Direita Militar e a Esquerda Comunista (ou Socialista). Esse confronto ideológico se apresentou de diversas maneiras nos variados campos da sociedade, inclusive entre os protestantes brasileiros.

Referencial teórico

A pesquisa trabalha dois aspectos: a religião e a política. Ao trabalhar com esses campos não podemos passar ao largo da História Cultural, pela relação direta que a ambas tem com a cultura desde os primórdios das organizações sociais. Ao estudar os batistas num processo de mudanças políticas é necessário deixar claro como este grupo se posicionava e quais representações criavam sobre a realidade circundante.

A História Cultural se caracteriza por analisar os mecanismos de produção de objetos culturais, assim como o modo como eles são recebidos pela sociedade e pelos grupos sociais. Todo o cotidiano, as relações pessoais, os modos de se vestir e falar, os discursos e a apreensão destes, são objetos da História Cultural⁸. Os objetos de análise desse campo da historiografia são tão vastos quanto a própria noção de cultura. José Barros resume essa vastidão em três noções: linguagem, representações e práticas. De acordo com o autor:

As noções que se acoplam mais habitualmente à de “cultura” para consistir um universo de abrangência da História Cultural são as de “linguagem” (ou comunicação), “representações”, e de “práticas” (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação

⁸ BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009. p. 57, 58.

com o mundo, o que em última instância inclui tanto as ‘práticas discursivas’ como as ‘práticas não-discursivas’⁹.

Ou seja, um historiador que siga o campo da História Cultural terá de dar enfoque as formas de leitura da realidade apreendida e retratada por determinados grupos. Para tal, utilizo o conceito de práticas e representações de Roger Chartier, para entender as práticas dos batistas e seus discursos no período. Ele afirma que:

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza¹⁰.

A noção de representação surge com esse novo modo de se abordar a totalidade, que é a forma como os indivíduos ou grupos enxergam uma dada realidade. O novo caminho utilizado pela História Cultural está na observância de como as relações sociais estão ligadas, justamente, às representações. Chartier afirma isso quando diz que os historiadores tentam

decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (...) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles¹¹

A partir daí Chartier chega a duas conclusões: as práticas são reflexos diretos das representações criadas por indivíduos/grupos; surge uma nova questão que é pensar o geral pelo particular, o que vai se tornar o novo desafio da História Cultural.

No conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu traz um suporte relevante ao mostrar a religião como legitimadora de práticas e representações delimitadoras, sacralizantes, e que as levam a um interesse comum, pois, “a fundação genérica de legitimação não pode realizar-se sem que antes esteja especificada em função dos *interesses religiosos* ligados às diferentes posições na estrutura social.”¹². O autor vê a religião como um campo manipulador de interesses, delimitando os questionamentos para firmar os espaços do grupo. Isso pode ser observado quando afirmo que alguns membros batistas – assim como indivíduos de outros grupos protestantes – entram na política em busca de visibilidade e respaldo social, fortalecendo o proselitismo e a imagem de seus grupos e instituições religiosas.

⁹ *Idem.* p. 59.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

¹¹ CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. Estudos Avançados 11(5), 1991. p. 177.

¹² BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 48.

O conceito do campo religioso, trabalhado por Bourdieu, há uma contribuição sobre a relação dos grupos religiosos e a política. Ele afirma que a função deste é legitimar a estrutura do campo do poder, dentro de uma ótica simbólica, onde ao ferir os elementos simbólicos do segundo campo, estará ferindo as representações do primeiro campo:

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que *cumpr*e uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem (Grifos meus)¹³.

Fontes

Diversas fontes possibilitam observar uma identidade e as representações políticas construídas pela Denominação Batista, tais quais: literaturas eclesiais como *Cristianismo e Política* – Robinson Cavalcanti, *Teologia da Libertação* – Daniel Guimarães e *História dos Batistas no Brasil(1882 – 1982)* – José dos Reis Pereira; jornais da denominação como *O Jornal Batista* e *O Batista Baiano*, que foram encontrados respectivamente no Seminário Teológico Batista do Nordeste(STBNe) e na Convenção Batista Baiana(CBBa).

Jornais da cidade de Feira de Santana como o *Folha do Norte* e o *Feira Hoje*, de expressividade no período; livros de atas da Primeira Igreja Batista de Feira de Santana (PIB) e da Igreja Batista Alvorada (IBA), onde busco pessoas e membros em geral, especialmente a juventude da época, tendo em vista que estes eram os mais ativos nos movimentos sociais da época.

Foram realizadas entrevistas com líderes e membros que atuaram no período estudado, usando a metodologia da História Oral, como as entrevistas que concederam Edson Gama – Pastor desde 1975 e que trabalhou na Bahia não só na Denominação, mas também em partidos políticos –, Walter Pinheiro – atual Senador da República pelo PT, representando o Estado da Bahia, e que foi um dos fundadores do Movimento Evangelico Progressista (MEP) e ativo político batista do período e Pedro Rocha atual assessor técnico da Coordenação de Gestão dos Fundos (Cogef) da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (Sema), Coordenador da Aliança Bíblica Universitária (ABU), no período estudado e um dos fundadores do MEP junto de Walter Pinheiro.

¹³ *Idem*, p. 69.

O primeiro capítulo faz uma abordagem geral sobre a Denominação Batista no Brasil e sua relação com a sociedade. Neste primeiro momento é analisada a chegada dos batistas em 1882 e a relação com a política que os missionários tinham nesse período. Seguimos com a proclamação da República e a luta dos protestantes, inclusive os Batistas, em prol da liberdade religiosa, que lhes asseguraria espaço para manifestar, livremente, sua opção de fé. A partir dos anos 1940 a relação com a política vai ficando cada vez mais estreita enquanto a denominação cresce tanto em número quanto em classe social e como essa relação perdurou durante as fases da política no País. Trabalha, inclusive, a relação de barganha e aproximação que a denominação teve com o Governo Civil Militar, os cargos e vantagens políticas que conseguiu, assim como a atuação de grupos progressistas no interior da denominação o que culminou no cerne da questão central dessa pesquisa.

No segundo capítulo é analisado os discursos dos conservadores, representados pela Convenção Batista Brasileira e Baiana (CBB/CBBa). Nessa parte da pesquisa é tratada o posicionamento da Denominação enquanto instituição. A partir dos periódicos e produções do grupo podemos perceber o posicionamento conservador que as Convenções mantiveram, desde o golpe de 1964 até o período dos anos 1980 assim como o apoio aos presidentes e os regimes levantados. A presença de autoridades políticas em Assembleias, inaugurações de comunidades, assim como a concessão de canais de rádio e TV para a Denominação Batista demonstram a relação clientelista que estes mantinham com o governo.

No terceiro e último capítulo é analisado o outro lado dessa dualidade política onde tratamos o posicionamento e (re)ssurgimento dos progressistas. A formação do Movimento Evangélico Progressista (MEP), em nível nacional, como o levantar de uma nova postura política dentre os protestantes, especificamente os batistas. A presença dos progressistas no debate político, nos partidos e nas comunidades protestantes mostra como a diade Direta x Esquerda estava em todos os âmbitos da sociedade. Outro fator de igual importância é a mudança na mentalidade e na postura política dos batistas, um momento anterior a política era um campo pecaminoso, neste passa a ser espaço da salvação de Cristo para o mundo, analisamos os fatores da mudança.

Nas considerações finais é reservado um espaço para levantamento de reflexões e considerações a cerca do tema pesquisado. Neste tópico da pesquisa trazemos uma análise dos caminhos que os sujeitos presentes no processo histórico analisado tomaram e os impactos

desses fatos analisados na sociedade e nos grupos que vivenciaram este período. É nesse espaço que debatemos os resultados obtidos da pesquisa.

Capítulo 1 – Os Batistas e a Política na Bahia: antecedentes históricos e os anos 1980

De acordo com Elizete da Silva, em sua tese de doutorado *Cidadãos de outra pátria*¹⁴, até a década de 1930 o campo da política não devia ser visto como uma preocupação para o batista, sendo que este fazia parte do Reino de Cristo o qual não pertencia a este mundo (sociedade). Para o grupo, a única relação com a política se restringia à submissão às autoridades o que nas décadas de 1960 a 1990 fez com que esse grupo fosse bastante visado como um espaço de conquista de novos adeptos pelos políticos, pois não representavam ameaça de movimentações contra seus mandatos, somente quando alguma medida política feria qualquer representação, ou símbolo religioso, do grupo.

A influência cultural do catolicismo sempre fez com que os missionários norte-americanos procurassem manter os fiéis e seus trabalhos eclesiásticos longe da política. Contudo, com o aumento numérico dentro da Denominação e, conseqüentemente, o número de eleitores, líderes batistas passam a se lançar na política em prol dos interesses da Denominação (no período se restringiam à manutenção da Liberdade Religiosa).

Marli Geralda Teixeira, em sua tese “... nós, os Batistas”: *um estudo de história das mentalidades*¹⁵ faz uma grande contribuição para entendermos a separação mental feita pelos batistas entre assuntos do Reino de Cristo e assuntos do mundo e a busca por evitar, de todo modo, uma relação com os assuntos mundanos. Reflexo dessa separação, entre a Igreja e o Mundo, a relação com a política foi declarada como pecaminosa, o que tornava omissa a relação da maioria dos batistas com qualquer tipo de assunto político. Este discurso irá se perpetuar durante décadas e pode ser visto, ainda, nos dias de hoje. A partir dessa ideia, a evangelização tomou a posição de única relação da Denominação Batista com o mundo, pois somente para perpetuar a mensagem salvacionista que o Cristão poderia ter contato direto com o “reino do mundo”.

Mesmo indo de encontro às representações da Igreja Católica, a instalação do protestantismo tinha suas vantagens para a política nacional. O grupo religioso estava atrelado

¹⁴ SILVA, Elizete da. *Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

¹⁵ TEIXEIRA, Marli Geralda. “...nós, os batistas...”: *um estudo de história das mentalidades*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. 512 f. São Paulo, 1983.

à imagem dos Estados Unidos e trazia a imagem do progresso. Isso demonstra a inter-relação existente entre religião e política e, no caso brasileiro, como a imagem de uma confissão religiosa estrangeira estava atrelada ao ideário de progresso. Esse fator vai facilitar o crescimento de grupos como os batistas.

Lyndon Santos, em seu artigo *Protestantismo e Modernidade*¹⁶, contribui para trazer à tona o debate sobre a relação dos grupos protestantes de origem anglo-saxônica à ideia de progresso. Para ele o campo protestante contribuiu para o processo civilizador além de vir atrelado ao ideário de progresso e modernidade, o que é demonstrado em alguns estudos anteriores. Essa relação pôde ser notada além dos discursos, pois o próprio comportamento dos protestantes demonstrava essa autoimagem assim como muitos legisladores brasileiros, a exemplo de Ruy Barbosa.

No trabalho de Elizete da Silva *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira*¹⁷, podemos observar que a partir da década de 1940 o número de protestantes dentro dos espaços de poder passou a crescer consideravelmente o que fez com que estes passassem a atuar em cargos políticos, principalmente na Constituinte de 1946, pós-Estado Novo onde estavam lutando pela manutenção e garantia da liberdade religiosa. Para eles era uma oportunidade impar de ganhar espaço tanto no campo religioso quanto no campo político, ganhar terreno e se firmar. Nesse mesmo período a Denominação Batista estava entrando em um novo campo missionário: a cidade de Feira de Santana.

Como podemos ver, desde a década de 1930 líderes de comunidades protestantes já participavam da vida política partidária, sendo ativos representantes de seus grupos e de suas ideologias religiosas, sem se afastar sobremaneira de suas convicções políticas – que andavam de mãos dadas com suas concepções de fé. Em texto intitulado *Protestantismo e Política na Bahia: Vocação e pragmatismo, fazer política para a glória de Deus*¹⁸, Elizete da Silva traz para reflexão e análise dois pastores: Basílio Catalá e Ebenezer Cavalcanti – presbiteriano e batista, respectivamente. Ambos ficaram famosos pelos seus feitos e alianças políticas durante toda a sua atuação, tanto no âmbito das comunidades em que faziam parte, quanto na vida

¹⁶ SANTOS, Lyndon de Araújo. “Protestantismo e Modernidade”. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* n. 0 (1981) – São Paulo: EDUC, 2008.

¹⁷ SILVA, Elizete 2010, *op. cit.*

¹⁸ SILVA, Elizete da. “Protestantismo e política na Bahia: Vocação e pragmatismo, fazer política para a glória de Deus” In. *Revista Perspectiva Histórica – dossiê: Religião e Política: Revista publicada pelo Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas (CEBEP) – julho/dezembro de 2011, n° 1.*

política baiana. Os dois faziam parte do mesmo partido, o que chama a atenção para um processo de convocação por parte deste – UDN – de líderes protestantes para cargos políticos.

A dissertação de Zózimo Trabuco, *Entre a ruptura cultural e a contextualização: a construção da identidade batista em Feira de Santana*¹⁹ mostra como a criação do Instituto Teológico atuou como fator preponderante na consolidação da Denominação Batista na região baiana e na formação de sua identidade, enquanto grupo, diante da sociedade feirense. Havia a necessidade de formar líderes com uma identidade batista firme e sólida não só para o trabalho missionário, mas para fazerem valer suas doutrinas ante os outros grupos protestantes. Os batistas não eram os primeiros a iniciarem trabalhos na cidade a exemplo dos Assembleianos que fundaram a primeira igreja em 1939. Outra questão levantada pelo autor é a forte relação da migração com a expansão do protestantismo em Feira de Santana.

No período do Regime Civil Militar, iniciado com o golpe “revolucionário” de 1964, os batistas deram mais um passo em busca de visibilidade política. Na dissertação de Luciane de Almeida, *“O comunismo é o ópio do povo”*: Representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o Governo Militar (1963 – 1975)²⁰, ela aborda as representações dos batistas sobre o período do Governo Militar, mais precisamente a ambigüidade entre a posição conservadora da Convenção Batista Baiana (CBBa), refletida na liderança de muitas comunidades batistas e a existência de grupos progressistas que sofriam perseguição pela postura política, sendo confundidos empre com os comunistas – que eram, no imaginário batista, vistos como a personificação do mal. Essa participação, como foi visto anteriormente, destoava da representação dos batistas sobre a participação política e mostra que, apesar da “forma institucionalizada”, essa participação era comum e influenciou no período da redemocratização.

Entretanto esse comportamento podia ser visto como uma prática permanente, até então, dos grupos reformados onde várias famílias protestantes, por esforços ou relações clientelistas conseguiram ascender socialmente e formar, em seu seio familiar, profissionais liberais, professores comerciantes e outros indivíduos em setores de prestígio da sociedade e

¹⁹ TRABUCO, Zózimo Antonio Passos. *Entre a ruptura cultural e a contextualização: a construção da identidade batista em Feira de Santana*. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

²⁰ ALMEIDA, Luciane Silva de. *“O comunismo é o ópio do povo”*: Representações dos Batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o Governo Militar na Bahia (1963 – 1975). 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

em troca mantinham a obediência às autoridades recebendo o apoio e a manutenção da liberdade religiosa.

A ambiguidade estava no fato de que o conservadorismo batista se alinhou à política moralista da extrema direita militar que era totalmente totalitarista e antidemocrática, o que acabou por entrar em choque com a máxima da Denominação que era a liberdade de expressão e a democracia, mas que “não foi sentida” por todos os batistas. Alguns grupos satanizavam os movimentos de linha marxista e passaram a perseguir grupos progressistas – que mais tarde iriam formar o Movimento Evangélico Progressista (MEP) – e que existiam no seio da Denominação, formado por uma maioria de jovens que eram denominados, pejorativamente, de “os cores-de-rosa”, chegando à exclusão destes do rol de membros da Igreja Batista Dois de Julho, em Salvador. Após a instauração do Regime Civil Militar a Denominação Batista tomou uma postura mais repressiva enquanto se aproximavam das instâncias políticas do período, ocasionando a busca de maior *status*.

Paul Freston, em sua tese *Protestantes e política no Brasil*, afirma que “Até 1986 os protestantes não tiveram presença marcante na política”, porém, “A eleição de 1986 para a Constituinte iniciou uma nova presença protestante em termos quantitativos (numero de deputados) e qualitativos (novas igrejas representadas, novos tipos de político e novas estratégias de ação).” A partir daí, “O Brasil era o primeiro exemplo de presença eleitoral e parlamentar significativa por parte de minoria protestante num país de tradição católica”²¹ o que já fora afirmado no começo desta revisão.

Entre os batistas, a presença nas instâncias políticas após 1964 tornou-se uma prática comum – é sempre bom lembrar – mesmo que estes em púlpitos e jornais denominacionais pregassem o contrário. Os batistas progressistas existiam no seio da Denominação, mesmo não tendo uma grande expressão. Quanto à participação política dos batistas, Tarcisio Guimarães em seu artigo para a revista *Epistemê*, com o título *Os Batistas e as Questões Políticas em Feira de Santana* comenta sobre essa relação dos batistas com os governos militares e, a partir dos anos 1980, a entrada de membros de comunidades batistas baianas em cargos políticos a exemplo de Walter Pinheiro (PT) e Gerson Gabrielli (PFL).

De acordo com Freston, em seu livro *Religião e Política, sim; Igreja e Estado, não*, ele afirma que o voto pentecostal elegeu Collor, na eleição de 1989, o que mostra que, ao

²¹ FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. p. 2

contrário do que se acreditava, o posicionamento dos protestantes históricos – o alinhamento aos grupos de direita – já não era hegemônico. Para o autor o sucesso da eleição de Collor para presidente em 1989 se deveu ao voto neopentecostal, por conta das representações que giravam em torno de cada candidato – criaram as imagens de Collor como o homem de família e de Deus, Lula como o comunista ateu – diferente do comportamento dos protestantes históricos que, em sua boa parte, teriam votado no candidato do PT.

Os Batistas estão presentes e ativos na sociedade brasileira desde os fins do século XIX, quando foi construída a Primeira Igreja Batista do Brasil, em 15 de outubro de 1882, com a chegada dos missionários pioneiros norte-americanos: Willian Buck Bagby e Anne Luther Bagby; Zacharias Clay Taylor e Kate Taylor²². Em Minas Gerais, enquanto estavam hospedados em um hotel, Taylor e Bagby, diante de um mapa do Brasil, começaram a analisar onde seria o melhor lugar para iniciar o trabalho missionário. Diante análise escolheram a província baiana – estavam se referindo a atual cidade de Salvador – para dar início a missão batista. De acordo com os mesmos a Bahia seria um ótimo campo pela sua densidade populacional, por estar ligada ao mar e pela quantidade de cidades que circundavam a “cidade de bahia”. Um fator preponderante era a ausência de trabalho missionário de outras denominações, enquanto que o Rio de Janeiro já tinha presença de presbiterianos e metodistas.²³ Nesse quadro, a relação do grupo com a realidade brasileira não foi harmoniosa. Por ser um País de religião oficial católica, a imagem dos protestantes era dissonante aos fiéis da Igreja Católica Romana.

A posição política dos batistas estava marcada pela postura sectarista e pietista herdada dos missionários norte-americanos, que implantaram o trabalho batista, o que era comum, também, aos outros grupos protestantes que vieram dos Estados Unidos. O sectarismo era caracterizado pela ideia de que “os escolhidos de Deus” – assim era a visão que os batistas tinham e tem de si próprios – deveriam manter um distanciamento dos assuntos mundanos e de outros grupos que não professassem as mesmas fé e prática que eles; o pietismo, por sua vez, foi uma corrente do pensamento protestante europeu que se baseava na “ênfase na práxis religiosa, na demonstração clara e comprobatória da posse da salvação pelo indivíduo”²⁴ que deveria manter uma conduta que demonstrasse esse aspecto, o que fortalece o sectarismo. A atitude do crente deveria ser de pureza, que viveria no mundo,

²² TRABUCO, 2009, *op. cit.* p. 37

²³ SILVA, Elizete da. *William Buck Bagby: Um pioneiro batista nas terras do Cruzeiro do Sul*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011. p. 23 e 24.

²⁴ TEIXEIRA, 1983, *op. cit.* p. 402.

porém seguiria a risca as palavras bíblicas: “Não ameis o mundo, nem o que no mundo há. Se alguém ama o mundo, o amor do Pai não está nele.”²⁵

Para os batistas brasileiros a relação com o mundo devia ter limites bem estabelecidos, onde o mundo constava como o âmbito em que permeava todo tipo de pecado – mais precisamente, se referia a toda a sociedade brasileira com seus costumes e supertições frutos do catolicismo popular e das religiões de matrizes africanas. Visões decorrentes do etnocentrismo dos missionários que viam a cultura brasileira com inferioridade em detrimento da cultura norte-americana.

Para a Denominação Batista todas as ações do membro devem ser regidas pelos mandamentos bíblicos. O grupo sempre foi assumidamente neotestamentário – baseia suas doutrinas e ensinamentos nos textos do Novo Testamento, da Bíblia – e tem o Livro Sagrado como a única regra de fé e prática²⁶ o que mostra a centralidade da Bíblia, que é um princípio básico da Reforma Protestante, tornando-a base para a criação e perpetuação de práticas e representações culturais sobre os diversos assuntos da sociedade.

Com uma visão baseada nos textos do Novo Testamento, essa representação do mundo era muito forte entre os batistas baianos, ainda mais por terem sido, até boa parte do início do século XX, um grupo minoritário, comparada a expansão e influência cultural do catolicismo. Marli Geralda Teixeira (1983), ao estudar a mentalidade dos batistas baianos, desde a fundação da Primeira Igreja Batista do Brasil (1882) até a consolidação desse grupo na sociedade brasileira durante a década de 1960, traz uma análise pertinente sobre esse traço da mentalidade do grupo religioso:

O universo mental dos batistas está organizado no sentido de interpretar a igreja e o mundo num permanente estado de separação e tensão. De um lado, está a igreja, responsável pela difusão e manutenção da revelação divina. Tudo que se encontrar fora do seu âmbito será o outro lado, afastado da proteção do Criador e será necessariamente mau, perverso e pecaminoso. Tanto a hinologia batista quanto a protestante, em geral, reproduzem essa dicotomia. Nela, o amor de Deus, a fidelidade dos salvos, a alegria do crente, a beleza de Cristo estão inseridas no contexto das relações entre o crente e a igreja. Em oposição a esse estado de graça, está o mundo vil, pecador, enganoso, pronto a tragar o incauto, reino absoluto do diabo²⁷.

²⁵ BIBLIA SAGRADA. 1 João 2:15

²⁶ Filosofia da Convenção Batista Brasileira, http://www.batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=13

²⁷ TEIXEIRA, *op. cit.* p. 428

Diante dessa visão de mundo, a igreja era a única “guardiã privilegiada da doutrina verdadeira” onde somente com a aceitação de suas verdades, ou as verdades da Bíblia, o mundo perdido acharia o caminho para a salvação eterna. Enquanto o mundo não se rendia ao salvacionismo da mensagem batista, permanecia a barreira mental que separava batistas da sociedade em geral. Essa visão salvacionista influenciou no modo dos membros batistas pensarem a política, tanto os progressistas quanto os conservadores.

No que tange ao campo da política, essa relação não foi diferente. De acordo com Elizete da Silva (1998), “as atividades políticas não deviam constar como preocupação, pois o reino deles, tal qual o de Jesus, não era desse mundo”²⁸. Para o grupo “As práticas políticas (...) ficaram sempre muito próximas do princípio da submissão à autoridade e da oração pelos que estão investidos de poder”²⁹. Essa prática era fruto do caráter minoritário da Denominação no campo religioso brasileiro. Entretanto, com o crescimento numérico essa relação com a política foi se modificando já que o aumento da densidade de fiéis nas comunidades era diretamente proporcional ao de eleitores, o que tornava os arraiais batistas grandes currais eleitorais – se alinhando à prática clientelista muito comum no período da história conhecida como República Velha, onde os coronéis utilizavam de seu poder e domínio para conseguir os votos de seus trabalhadores e de outros moradores da região que estivessem sob o jugo do seu domínio. Isso pode ser notado em outro texto de Elizete da Silva (2011):

A eleição dos deputados protestantes Basílio de Castro Catalá e Ebenézer Gomes Cavalcanti entre 1947 e 1954 pode ser entendida como um sinal concreto da visibilidade numérica que as Denominações Protestantes atingiram no período, passando a pleitear cargos públicos e ocupando espaços institucionais de poder. Na oligárquica política baiana e brasileira no chamado período de redemocratização, a eleição de dois pastores, bem situados na estratificação social, significava, sobretudo, uma comunhão de interesses políticos tanto dos protestantes quanto das agremiações políticas que desejavam se fortalecer contando também com o voto dos irmãos crentes³⁰

A forte presença cultural católica na política nacional levou os missionários norte-americanos a pregarem o afastamento dos membros brasileiros desse campo. Esse posicionamento era fruto da ideologia conservadora entre os missionários norte-americanos, de não influenciar em assuntos políticos do Brasil, o que não funcionava na prática pois os

²⁸ SILVA, Elizete 1998, *op. cit.* p. 94

²⁹ *Idem*, p. 105

³⁰ SILVA, Elizete 2011, *op. cit.* p. 45

próprios estabeleciam acordos e alianças com políticos desde a sua chegada, ainda no segundo império. Esse comportamento vai perdurar durante décadas, como prática dos batistas.

Ainda reflexo da separação entre o “reino de Cristo” e o “mundo vil” a relação com a política era declarada como pecaminosa justamente pela visão que se tem, no próprio imaginário brasileiro, da política como espaço amoral e corrupto. Em decorrência disso se tornavam omissos buscando o afastamento dessas questões. Esse discurso vai se perpetuar durante décadas e poderá ser visto em outros grupos presentes no protestantismo brasileiro.

Herança dos missionários norte-americanos, onde em seu País de origem a Denominação Batista sempre lutou pela separação entre Igreja e Estado – luta essa que vinha, inclusive, desde a formação do grupo na Europa – se agravou pela condição dos missionários de estrangeiros e minoria em um local majoritariamente católico onde era um grupo religioso mal visto e que não gozava de plenos direitos e liberdade. De acordo com Teixeira:

Esse comportamento seria transmitido às igrejas que se formavam no Brasil, agravado pela condição estrangeira dos missionários e pelo cuidado mantido por todos eles de não se complicarem com a política vigente – o regime monárquico –, diante do qual conseguiam, paulatinamente, elasticar o grau de tolerância estabelecido pela Constituição Imperial³¹

Não podemos deixar de levar em conta a ideia de que a instalação do protestantismo no Brasil, no que pese a resistência religiosa fosse vista como algo ruim, do ponto de vista político teve suas vantagens. O grupo religioso, querendo ou não, estava atrelado à imagem política e econômica dos Estados Unidos e, conseqüentemente, trazia a imagem do progresso, demonstrando a inter-relação existente entre religião e política e, no caso brasileiro, como a imagem de um grupo religioso de origem anglo-saxônica estava diretamente atrelada ao ideal de progresso. Esse fator facilitou o crescimento de grupos protestantes como os batistas durante o final do século XIX e início do XX.

Para alguns políticos do período “as nações que eram governadas por líderes protestantes, a exemplo dos EUA e da Inglaterra, eram sempre citadas como um paradigma a ser seguido, como um verdadeiro reforço à ideia de que o Evangelho podia solucionar os problemas políticos nacionais”³². O Protestantismo foi visto dentro de um projeto de transformação política no Brasil.

³¹ TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 446

³² SILVA, Elizete 1998, *op. cit.*, p. 107

Essa discussão sobre a modernidade atrelada ao imaginário do protestantismo é aprofundada por Lyndon Santos (2008), em seu artigo *Protestantismo e Modernidade*. Para ele, o campo protestante, enquanto grupo religioso contribuiu para o processo civilizador além de vir atrelado ao ideário de progresso e modernidade. Porém, o autor afirma que a relação Protestantismo – Modernidade faz parte de uma construção histórica, ao invés de ser uma relação natural. Conforme o autor:

O que queremos dizer é que, se há afinidade entre protestantismo e modernidade *ela não se dá de forma natural e congênita, mas a partir de construções históricas, religiosas e culturais específicas*(...) Sendo assim, no interior do pensamento de intelectuais podemos perceber reflexões – *historicamente elaboradas* – que auxiliam ou reforçam a ideia de afinidade e filiação³³ (grifo meu).

Tal afinidade no caso brasileiro pôde ser notada além dos discursos, pois “as próprias ações demonstraram o quanto as formas do protestantismo estabelecidas no Brasil pensavam-se vinculadas a um movimento inexorável de modernização e modernidade”³⁴.

A chegada em Feira de Santana

Feira de Santana é uma cidade que se localiza entre o sertão e o recôncavo baiano, em uma região denominada de agreste baiano. É o segundo maior entroncamento rodoviário do Nordeste. Marcadamente agropecuária a cidade é caracterizada pelo comércio e pelas prestações de serviço. Nacelice Freitas (1998), em sua dissertação intitulada *Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização - 1970–1996* ressalta a forte influência do processo de industrialização para o projeto político de modernização em conjunto com o desenvolvimento desta como maior entreposto comercial. De acordo com a autora:

A cidade de Feira de Santana, um centro de convergência regional, pela capacidade de concentração de uma maior quantidade de bens e serviços na região, com ascensão crescente do comércio e a presença de um centro industrial tem seu papel de comando na região, apoiados inicialmente na

³³ SANTOS, 2008, *op. cit.* p. 189.

³⁴ *Idem*, p. 191.

pecuária e hoje, nos setores secundários e terciários. Experimentando um acentuado crescimento populacional nas últimas três décadas³⁵.

O que apresenta a cidade dentro de um processo de desenvolvimento econômico e, com este, a chegada de inúmeros migrantes que vinham em busca de melhores condições de trabalho e expectativa de vida com os novos empregos oferecidos pelo Centro Industrial do Subaé (CIS), localizado no Bairro Tomba. Em conjunto com esses novos habitantes, viriam muitos protestantes de outras regiões da Bahia e do Nordeste, reconfigurando não só o campo econômico, mas também o campo religioso feirense, marcadamente católico.

A Feira de Santana que outrora era sertaneja, a “Princesa do Sertão” de Ruy Barbosa, a cidade dos vaqueiros e das boiadas que transitavam pelas feiras livres da Av. Getúlio Vargas, agora perdia espaço para a modernidade, as largas ruas, o desenvolvimento, os grandes centros comerciais, as grandes indústrias. Em confronto com essa nova imagem da cidade, as velhas práticas – essas voltadas à cultura dos desfavorecidos negros e indígenas, povo do campo, boiadeiros e feirantes – foram, progressivamente, sendo eliminadas do cotidiano da cidade. Clovis Oliveira, sobre esse conflito entre o moderno x o ultrapassado, diz:

O contexto criado a partir da tensão entre os dois fatores gera uma nova gramática urbana. Se até então a cidade era uma espécie de quintal das grandes fazendas, na qual eram realizadas semanalmente as feiras. Esse quadro deveria mudar. Nas palavras de um contemporâneo era “preciso que as luzes do progresso se abram sobre a Feira”. Nesse sentido, as posturas municipais começam se dirigir contra determinados hábitos, visando modelar uma nova visão do urbano e antigas práticas passam a ser normalizadas como indesejáveis no cotidiano da cidade, tudo em nome do progresso³⁶.

Dentro desse processo modernizante se encontravam, de modo discreto e crescente, os primeiros grupos protestantes a se organizarem na cidade princesa. Como vimos anteriormente, os protestantes tinham sua imagem ligada ao progressismo – visão essa reforçada durante o século XIX por Ruy Barbosa dentre outros personagens influentes da sociedade brasileira – e fortaleciam essa autoimagem ao levarem as “boas novas” aonde ainda vigorava as práticas antepassadas do catolicismo e da cultura popular “pagã” e “supersticiosa”. Era a cidade se reconfigurando em seus diversos campos e o processo de

³⁵ FREITAS, Nacelice. *Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização - 1970-1996*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 1998. p. 71

³⁶ OLIVEIRA, Clóvis F. R. *De empório à princesa do Sertão: Utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893 – 1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2000. p. 41

expansão protestante se misturava ao processo migratório. De acordo com Zózimo Trabuco (2009):

O protestantismo parece ter se constituído como força religiosa exatamente nos segmentos sociais que começavam a mudar o perfil populacional de Feira de Santana entre as décadas de 1940 e 1970, resultantes da migração, e na medida em que os protestantes cresciam e se institucionalizavam se tornavam também fomentadores migratórios ao deslocar missionários, aceitar fiéis de outras regiões, ou se apresentarem como espaços alternativos de convívio social e prática religiosa aos novos moradores da cidade³⁷

Somada a essas levas de imigrantes oriundos da zona rural e de outras localidades dos demais estados da Região Nordeste estava o problema da mendicância. Durante os anos de 1980 isso se tornou um problema social grave na cidade de Feira de Santana, pois a quantidade de sem tetos cresceu absurdamente onde muitos invadiam propriedades destinadas a projetos sociais onde os proprietários não se encontravam, ou onde haviam casas levantadas em áreas de risco sem uma mínima infraestrutura. Igor Trabuco (2009), sobre a questão da migração, afirma:

Os serviços sociais, como a AFAS e o SIM também não tinham capacidade para atender a grande demanda migrante e de “favelados” como eram denominados a população em extrema pobreza, que invadiam casas dos planos habitacionais ainda não ocupadas pelos proprietários, mas acabavam sendo a solução utilizada para atenuar o problema³⁸.

Devemos ter em mente que para além dos protestantes que migravam para Feira de Santana, muitos dos imigrantes que chegavam na cidade acabavam por identificarem-se à mensagem salvacionista do protestantismo. Alguns trabalhos foram realizados voltados para essa questão como a Associação Feirense de Assistência Social³⁹ (AFAS) e o Sistema de Integração do Migrante⁴⁰ (SIM), ambos projetos de iniciativa dos presbiterianos progressistas.

A primeira presença registrada de um trabalho protestante, mesmo que de forma não tão organizada – e quando falo organizada refiro-me a um grupo de pessoas, ligada a uma comunidade religiosa com um projeto de evangelização – foi a presença do Reverendo Presbiteriano Chamberlain, em 1898⁴¹. Este reverendo fez algumas pregações na praça João

³⁷ TRABUCO, 2009, *op. cit.*, p. 93.

³⁸ SILVA, Igor José Trabuco da. “*Meu Reino não é deste mundo*”: a *Assembléia de Deus e a Política em Feira de Santana (1972 – 1990)*. Dissertação (Mestrado em História). 197 f. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2009. p. 79.

³⁹ SILVA, Elizete 2010, *op. cit.* p. 171

⁴⁰ *Idem*, p. 175 e 176

⁴¹ *Ibidem*, p. 166.

Pedreira, mas foi repreendido de forma violenta por pessoas que vinham de uma prossição. Com a morte de seus dois filhos por febre amarela, este fora transferido para Cachoeira⁴².

A consolidação da chegada dos protestantes em Feira de Santana se deu com o casal Isobel e Roderick Gillanders, em 1935. Ambos faziam parte da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira e trabalhavam como colportores – estes tinham como trabalho a venda de bíblias e materiais denominacionais, sendo a primeira atividade missionária em terras brasileiras. De acordo com Jorge Santana (2010):

Em sua casa nasceu o embrião de uma igreja, núcleo, matriz geradora dos núcleos de diversas igrejas na cidade. Fundou-se assim, em 1937, a Igreja Evangélica Unida. Esta abrigou imigrantes de várias paragens e denominações, sinalizando assim um espírito “ecumênico” e acolhedor que se fazia presente nas origens protestantes desta cidade, hoje tão cindida. A presença inicial desta igreja logo foi notada pela Igreja Católica, e o padre local buscou as autoridades locais, o prefeito, os vereadores e a polícia, para fazer restrições⁴³

É nítida, nesse texto, a presença dos conflitos dentro de campo religioso feirense entre o Catolicismo (tomando sua posição de religião hegemônica) e os protestantes (os novos habitantes da cidade). O padre local responsável pelos serviços religiosos da cidade tratou de buscar “proteção” entre as autoridades. Entretanto, desde 1889 que o Estado é laico em sua constituição – mesmo que essa laicidade esteja dentro dos limites do cristianismo excluindo espíritas, candomblecistas e umbandistas⁴⁴ - e isso protegia os grupos protestantes para se reunirem e terem liberdade de proferirem sua fé. O primeiro grupo a fundar uma comunidade na cidade foram os Pentecostais, representados pela Denominação Assembleia de Deus, em 1939⁴⁵.

A inserção da Denominação Batista, na Princesa do Sertão, teve início na década de 1940, fruto de uma caravana feita pela Igreja Batista Dois de Julho, sediada em Salvador, onde eram feitas constantes pregações pela manhã e tarde, sob a liderança do jovem pastor, advogado e, mais tarde, Deputado Estadual, pela União Democrática Nacional (UDN) Pastor Ebenezer Gomes Cavalcante. A partir desse trabalho missionário a Denominação Batista passa a ganhar terreno na Princesa do Sertão junto com outros grupos protestantes. Foi o

⁴² TRABUCO, 2009, *op cit.*, p. 74.

⁴³ SANTANA, Jorge Luiz Nery de. *Práticas e representações étnicas nas narrativas religiosas dos batistas em Feira de Santana (1947-1988)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Feira de Santana, 2010. p. 83 e 84.

⁴⁴ *Idem*, p. 79.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 85.

primeiro registro de uma missão batista na cidade de Feira de Santana Neste sentido, Trabuco salienta que “Em 1941 foi organizada a Congregação Batista, que em 1947 se tornaria a Primeira Igreja Batista de Feira de Santana”⁴⁶.

Entretanto, no ano de 1945, a Congregação Batista em Feira de Santana estava sob os cuidados de outra comunidade, a saber, a Igreja Batista de Nazaré das Farinhas, recebendo também o apoio de batistas da cidade de Serrinha. De acordo com Jorge Santana “No mesmo ano organizou-se a Congregação Batista em Feira de Santana sob os auspícios da Igreja Batista de Nazaré das Farinhas e o apoio do Pastor da Igreja Batista de serrinha, cidade próxima à Feira de Santana⁴⁷” o que foi confirmado por um artigo de *O Jornal Batista*, trazido pelo autor, afirma que “A igreja já conta com 20 crentes na Feira de Santana. O trabalho naquela cidade está confiado ao jovem Isaiás Francisco Cardoso, que se transferiu do Ginásio de Jaguaquara para o de Feira, para auxiliar a Congregação. O pastor a visita mensalmente⁴⁸”.

A presença, nesse processo de inserção da Denominação em Feira de Santana, de grupos de três cidades demonstra o crescimento do grupo do litoral ao sertão baiano. A saber temos as cidades de Salvador, Nazaré das Farinhas, Serrinha e Jaguaquara. As doutrinas batistas estavam sendo “semeadas” por toda a terra baiana e Feira de Santana, a partir dos anos 1940, viu esse trabalho iniciar e crescer.

Havia a necessidade de formar líderes batistas em Feira de Santana, com uma identidade batista firme não só para o trabalho missionário, mas para se fazer valer ante os outros grupos protestantes. Zózimo Trabuco mostra como a criação do Instituto e sua evolução para Seminário Teológico Batista do Nordeste foi fator preponderante no processo de consolidação da identidade da Denominação Batista na região e no seu crescimento na sociedade feirense. O autor afirma que “a criação de Escolas Bíblicas e Institutos foi uma resposta ao descuido que as outras denominações do protestantismo de missão atribuíam aos batistas quanto à formação dos seus líderes”⁴⁹.

A formação de líderes para além de assegurar a permanência do trabalho denominacional em determinada região fortalecia as relações dos grupos para com a sociedade em que esta fazia parte. Como foi visto anteriormente e será notado ao decorrer da

⁴⁶ TRABUCO, 2009, *op. cit.*, p. 85

⁴⁷ SANTANA, 2010, *op. cit.* p. 86

⁴⁸ O JORNAL BATISTA, *apud*, SANTANA, 2010, *op. cit.* p. 86

⁴⁹ TRABUCO, 2009, *op. cit.*, p. 96

pesquisa, muitos líderes religiosos de grupos protestantes transitaram entre o campo religioso e o campo político – o que não é de se espantar já que ambos os campos se interpenetram.

Um ponto a ser ressaltado está na ideia de liderança para o imaginário batista, pois este não necessariamente precisava ser um pastor, bastava que este tivesse destaque dentro da comunidade. A exemplo disso temos o Sr. Antonio Lourenço Nery, sujeito da pesquisa de Jorge Santana (2010) e que fora um dos principais responsáveis pela consolidação da Primeira Igreja Batista (PIB) de Feira de Santana. Mesmo sem ser Pastor este assumiu, em diversos momentos, a direção da PIB da cidade quando esta estava sem um pastor eleito. Outro ponto a ser observado sobre o Sr. Antonio Nery era a sua participação ativa tanto na comunidade batista quanto nos espaços de poder. De acordo com Santana:

O Sr. Antonio Lourenço Nery, no interregno para chegada do novo pastor, mais uma vez ficou responsável para dirigir os trabalhos. Com a chegada do pastor, Samuel Macedo, ele passou a ocupar outros cargos de liderança e participou em comissões para campanha de construção do novo templo. Por motivos familiares, deixou a comunidade Batista em 1949 retornando, porém na década de 1980. Ele foi eleito vereador para Câmara de Vereadores de Feira de Santana pelo Partido Social Democrata (PSD), exercendo a Legislatura de 1955 a 1959, era prefeito o Sr. João Marinho Falcão¹¹. Antônio Nery foi colega na câmara de Colbert Martins do PSD e de João Durval Carneiro da União Democrática Nacional (UDN). Ele aposentou-se como funcionário público, como fiscal do INSS⁵⁰.

Sua atuação em cargos públicos administrativos demonstrava, em Feira de Santana, o modelo de atuação dos batistas assim como o Pastor Ebenezer Cavalcanti, que fora Deputado em diversos mandatos, pela UDN, durante a década de 1950, e diversos outros batistas durante os anos de 1960 até os dias de hoje.

Essa relação com a política partidária não se dava somente a esses casos específicos. Era um fenômeno a nível nacional e que era visível, inclusive, com membros de outras denominações, a exemplo da Denominação Assembleia de Deus. A nível nacional podemos nos remeter à constituinte de 1986, onde houve a participação direta de diversos protestantes de grupos variados, entretanto esse processo indicou uma mudança na mentalidade dos protestantes, onde estes tinham conhecimento do seu peso numérico nas urnas.

De acordo com Igor Silva (2009) “A Constituinte de 1986 serviu para demonstrar a nível nacional e não como era antes, a exemplo das eleições pentecostais locais, como a de

⁵⁰ SANTANA, 2010, *op. cit.* p. 91.

Gerson Gomes em Feira de Santana, o poderio do voto evangélico⁵¹.” Seguindo a análise de Igor Silva, a relação com a política ia além das questões locais e específicas do protestantismo. Tratava-se de uma transformação a nível nacional. De acordo com o autor:

O contexto histórico de 1986 foi favorável a uma ampla expressão evangélica, como de diversos grupos e segmentos sociais brasileiros. Foi, portanto, um fenômeno de expressão social e não exclusivamente evangélico. Não indicou que a década de 1980 foi a despertadora da consciência ou do peso eleitoral evangélico. Mas foi a oportunidade de uma maior expressão destes. Os evangélicos pentecostais sabiam de seu peso eleitoral antes da década de 80 e demonstravam isto já em nível local. Tem-se como exemplo a Assembleia de Deus de Feira de Santana, que já possuía neste período mais de seis mil membros, conforme Jean Neilla Ferreira e quase dez mil conforme comemorativo denominacional⁵²

A nível local, assim como a Denominação Batista tinha seus representantes – aí fazemos alusão ao Senhor Antonio Nery, visto anteriormente – temos representando a Denominação Assembleia de Deus a figura de Gerson Gomes que traçou uma caminhada dentro da vida política partidária de Feira de Santana. Este não era ordenado Pastor, fazia parte da membresia da comunidade. Acerca de seu trabalho dentro da sociedade feirense Igor Silva afirma:

Gerson Gomes da Silva foi o primeiro candidato evangélico da AD de Feira de Santana a ingressar no mundo político. Traçou uma longa carreira política como candidato a vereador, deputado estadual e prefeito em Feira de Santana. Sua atuação política partidária foi da década de 1970 a 1990, no qual assumiu mandatos de vereador, deputado estadual, assessoria ao governo do Estado da Bahia, na figura de João Durval Carneiro. Durante seus mandatos atuou no sentido de beneficiar, sobretudo, as denominações evangélicas, com apreço especial, a AD, da qual era membro⁵³

Isso fortalece a ideia debatida ainda neste tópico: não só as lideranças religiosas assumiam os cargos públicos, mas integrantes das comunidades religiosas eram, principalmente, representantes do povo nos espaços de poder.

Por conseguinte a presença de líderes também era muito grande. Assim como temos, pela Denominação Batista e a nível estadual a figura do Pastor Ebenezer Cavalcanti, podemos encontrar, em Feira de Santana, a figura do Pastor Severino Soares e do Pastor Manoel Joaquim, ambos em períodos distintos da História Política de Feira de Santana, porém, mesmo em momentos diferentes, esses sujeitos mostram a ativa participação política dos

⁵¹ SILVA, Igor, 2009, *op. cit.* p. 122.

⁵² *Idem*, p. 122 e 123

⁵³ *Ibidem*, p. 131.

protestantes – fossem históricos, fossem pentecostais – na política partidária de Feira de Santana. Vale ressaltar que o

único pastor da AD a ocupar um cargo na Câmara Municipal, já na década de 1990, foi Severino Soares, mesmo assim, por via de suplência. Antes dele, o pastor assembleiano, Manoel Joaquim, solicitou afastamento do pastorado, na década de 1950, no intuito de se candidatar, não obtendo êxito⁵⁴.

Os Batistas e as relações políticas

Já na primeira metade do século XX, não só os batistas, mas os protestantes históricos em geral tinham um crescimento numérico expressivo e muitos membros detinham um *status* social de classe média. O discurso de não envolvimento com a política passou a ser questionado pelas práticas, permanecendo apenas no discurso. Na visão de muitos líderes tarefa proselitista dos batistas poderia, então, ser facilitada pela participação política e nos espaços de poder. Por esse motivo, as preocupações desses reformados eram, basicamente, duas: liberdade religiosa e disputa de espaço religioso com o catolicismo – as principais necessidades políticas que esse grupo tinha no período. A Laicidade do Estado, garantida pela Constituição do Governo Provisório em 1891, vai ser usada constantemente na trajetória dos grupos protestantes, mais precisamente dos batistas, como arma usada para enfrentar a hegemonia do catolicismo no campo religioso brasileiro, garantindo a sua existência e direitos de participação na sociedade e tanto a constituição de 1946 como a de 1988 estariam constantemente em periódicos e discursos de diversos protestantes na luta contra as regalias – aos olhos deles – que a Igreja Católica tinha ante o governo.

A Denominação Batista teve dois grandes conflitos pela Liberdade Religiosa em momentos da História brasileira: em 1925, fruto da Questão Radical, por conta das crises provocadas pelo medo de que “a separação entre Igreja e Estado fosse superada por ‘maquinações’ católicas. O dado concreto que preocupou os batistas brasileiros foi a notícia de que tramitava na Câmara Federal um projeto que visava introduzir no texto constitucional,

⁵⁴ *Ibidem*, p. 131.

emenda relativa ao reconhecimento do catolicismo como a *religião* do povo brasileiro”⁵⁵. A ideia de ter novamente o catolicismo oficializado enquanto religião brasileira assolava as mentes batistas e causava alvoroços entre os membros das comunidades. Outro momento foi “Em 1931, mesmo no clima de extrema inquietação política em que se via mergulhada a Bahia, houve igrejas que se engajaram na campanha de manutenção da separação entre Igreja e Estado, através da ‘Liga Baiana pró Estado Leigo’, episódio que evidencia o conteúdo das preocupações denominacionais”⁵⁶.

No início do século XX a presença e a autoridade dos missionários norte-americanos começaram a ser questionadas pelos membros brasileiros que a cada dia aumentava numericamente. Dois movimentos, a Missão Batista Independente e a Questão Radical iniciaram para reivindicar uma autonomia do trabalho batista do Brasil pelos brasileiros e uma nacionalização da Denominação Batista. A primeira ocorreu na Bahia – estudada por Elizete da Silva (1982) em sua dissertação *A Missão Batista Independente: uma alternativa nacional*. O movimento foi uma dissidência da Primeira Igreja Batista de Salvador e foi liderada por Pedro Borges, que exigia a “eliminação de todo o pastorado estrangeiro” e a nacionalização das comunidades batistas e a descentralização do poder eclesiástico da mão dos norte-americanos.

A separação se deu no ano de 1910 e teve como uma das causas o autoritarismo e o etnocentrismo dos norte-americanos dentro das comunidades batistas em conjunto com uma necessidade de se criar um movimento estritamente nacionalista. “Em agosto do mesmo ano, sete membros da Igreja Batista à rua Dr. Seabra – fundadores da Igreja do Garcia – assinaram um protesto no qual criticavam de forma contundente a introdução na ‘Egreja de costumes heréticos e de domínio’, justificando a ruptura com a igreja citada à cima”⁵⁷. Em 1916 a Igreja Batista do Garcia se tornou a sede da Missão Batista Independente, com o intuito de construir um setor batista nacional, liderado por brasileiros e para brasileiros.

O segundo movimento foi denominado de Questão Radical e aconteceu em Pernambuco e se alastrou em todo o Nordeste, na década de 1920, e chegou a influenciar a fundação do Instituto Bíblico Batista do Nordeste (IBBNe), atualmente chamado Seminário Teológico Batista do Nordeste em Feira de Santana (STBNe). Assim como a Missão

⁵⁵ TEIXEIRA, *op.cit.*, p. 454

⁵⁶ *Idem*, p. 455

⁵⁷ SILVA, Elizete da. “*A Missão Batista Independente – Uma alternativa nacional*”. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982. p. 146.

Independente, este movimento criticava a presença hegemônica dos missionários norte-americanos nos cargos administrativos e na gestão dos trabalhos evangelísticos dentro da Missão Batista do Norte do Brasil. “Dentro do campo pernambucano os pastores e fiéis brasileiros questionaram a centralização dos cargos e recursos nas mãos dos missionários norte-americanos mesmo em instituições e atividades onde o contingente de brasileiros era grande e imprescindível para o desempenho, e instaurou-se a Questão Radical.”⁵⁸. O movimento pernambucano foi mais fraco que o baiano, ainda que os dois tivessem os mesmos ideais.

Elizete da Silva (2010) nos ajuda a observar que a partir da década de 1940, o número de protestantes dentro dos espaços sociais passou a crescer consideravelmente. Estes passaram a atuar em cargos políticos, principalmente na Constituinte de 1946, pós-Estado Novo, onde sua luta principal era pela manutenção e garantia da liberdade religiosa. Segundo Vasni Almeida, a ideia da participação política no período dava aos grupos protestantes “uma grande oportunidade de espriar e consolidar uma religiosidade que tinha dificuldades em ser aceita somente pelo proselitismo nas igrejas e nas escolas”.⁵⁹

Em trecho do Jornal *O Batista Baiano* – periódico ligado à Convenção Batista Baiana de circulação estadual – de 1933, era nítido a ideia de que o batista individualmente, assim como todo cidadão, tinha o direito e o dever de votar e se preocupar com a vida política do seu País. Porém, ele deveria ter a preocupação em não se vincular a propagandas políticas, principalmente se essas tivessem relação com “religião”. O seu conteúdo ameniza o sectarismo radical dos batistas com relação ao envolvimento político. O cristão surge como um privilegiado e encarregado da função de exercer um papel de mudança na política “pecaminosa” do País. Ele deve ser modelo de cidadania e de moralidade em meio aos outros políticos; deve influenciar os outros cidadãos na “formação de um governo sadio” e, sobretudo, mantendo a distância entre assuntos religiosos e assuntos políticos; Igreja longe do Estado. O periódico afirma:

Desejamos que fique patente que o crente, como cidadão brasileiro, tem o privilégio, o direito e o dever de votar, de agir licitamente na escolha dos que vão ficar à frente dos destinos de seu país; porém jamais deve unir à sua ação político-social a sua religião. E, completamente separado de qualquer propaganda política que cheire a religião, ele se manterá na verdadeira posição que deve estar (...) Não obstante, o cidadão cristão deve instruir aos

⁵⁸ TRABUCO, *op. cit.*, p. 48

⁵⁹ ALMEIDA, *apud*. SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS. 2010. p. 64

seus irmãos quanto à melhor maneira de exercer influência como cidadãos, na formação de um governo sadio para a comuna.⁶⁰

Na Bahia, a presença de batistas em cargos políticos também foi notória. Mas não seguiu tanto a risca as recomendações do periódico baiano. Alguns nomes foram apresentados por Teixeira, de batistas que se candidataram e foram eleitos para cargos municipais e estaduais na década de 1950. Estes eram:

Pr. Ebenézer Gomes Cavalcante – Assembléia Legislativa Estadual – UDN

Dr. Francisco Peixoto Jr. – Assembléia Legislativa Estadual – PSD

Dr. Samuel Novais Figueira – Câmara de Vereadores de Salvador – PST

Pr. José Sales da Costa – Câmara de Vereadores de Salvador – PTB.⁶¹

Não só os Batistas, mas os Presbiterianos também tinham seus representantes na política partidária brasileira. Muitos protestantes, inclusive, durante a década de 1940, passaram a ter afinidade com a ideologia política da União Democrática Nacional (UDN) que via, nos protestantes, um potencial de agremiação e apoio político grande.

O pragmatismo dos políticos evangélicos transformava a membresia das comunidades religiosas, naturalmente, no eleitorado cativo e principal dos políticos irmãos em Cristo. O ardor proselitista dos presbiterianos e batistas, ávidos por colher vidas e prosélitos para as suas doutrinas, coadunava-se com as necessidades e os interesses eleitorais da oposição UDN, ávida por votos interioranos ou rurais, por alargar sua influência⁶².

A aliança com os partidos de direita perdurou como uma marca da relação política dos batistas até o Regime Civil Militar, nos anos 1960 e 1970. A UDN, alinhada à elite social, aos militares e a outros grupos políticos de direita foram os responsáveis pelo Golpe de 1964, onde a ala conservadora das comunidades protestantes passou a ganhar cargos político-administrativos.

Esses personagens influentes na sociedade baiana conseguiram esse *status* não somente por ações políticas e por sua caminhada dentro das instâncias sociais do Estado, mas pelo apoio das comunidades batistas baianas, o que gerou, em muitos casos, conflitos entre estes. Eles não tinham, como pode ser visto nos exemplos dados por Silva e Teixeira, respectivamente, uma homogeneidade partidária, o que demonstra que a participação na política não fazia parte de um movimento da Denominação Batista e que não partia de uma

⁶⁰ O BATISTA BAIANO. Maio de 1933, p. 1: “O Cristão e sua cidadania”.

⁶¹ TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 449 - 450

⁶² SILVA, Elizete 2011, *op. cit.*, p. 40

união da comunidade. Mas, “por outro lado, a concorrência política estabelecia-se no próprio universo denominacional, visto que os candidatos disputavam passo a passo o apoio da população das igrejas”.⁶³

O antiecumenismo batista

No Brasil, a posição minoritária do protestantismo e a pequena influência destes diante da cultura católica brasileira dava margem à união interdenominacional para que pudessem se fortalecer na campanha missionária e na expansão de suas doutrinas pelo País. Porém, os batistas se mantiveram firmes na postura sectarista. Afirma Teixeira:

Entre as denominações protestantes que lutaram de forma mais coerente para estabelecerem atividades interdenominacionais no Brasil, estão os grupos presbiterianos e metodistas. A maior resistência a essa política foi apresentada pelos batistas, cuja situação concreta é o objetivo mesmo deste capítulo.⁶⁴

Fruto do caráter sectarista e do denominacionalismo dos batistas, que foi herdado dos “irmãos do norte” a postura antiecumênica causaria, posteriormente, conflitos internos entre os conservadores e os progressistas que buscavam um diálogo interdenominacional, com outros grupos protestantes, o que era veementemente condenado pela hierarquia batista e por maioria da população conservadora que vivia dentro dos arraiais batistas. O denominacionalismo nada mais era que a divisão de grupos por denominações, todas baseadas em uma linha teológica de doutrinas e que pregava a pureza e separação entre grupos religiosos e até denominações protestantes. De acordo com Teixeira:

Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, os batistas têm-se destacado por sua atitude profundamente denominacionista, refratária à participação em associações que impliquem num compromisso formal com outras confissões igualmente cristãs.(...) Chamado de unionismo, União Cristã ou Ecumenismo, o movimento de integração abriu viva polêmica entre as confissões evangélicas o que se ampliou enormemente a partir da disposição ao diálogo demonstrada pela Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II.⁶⁵

No Brasil, a posição minoritária do protestantismo e a pequena influência destes diante da cultura católica brasileira levaram alguns grupos protestantes a buscar uma união interdenominacional para que pudessem se fortalecer na campanha missionária e na expansão de suas doutrinas pelo País. Porém, os batistas se mantiveram firmes na postura sectarista.

Vasni Almeida (2010) contribuiu com tal discussão ao falar de estratégias da Igreja Metodista para se firmar frente às outras denominações e os outros grupos religiosos. Ou seja,

⁶³ TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 450

⁶⁴ *Idem*, p. 369

⁶⁵ *Ibidem*, p. 362

além de uma forma de criar uma identidade e de consolidar o crescimento – através da política e do proselitismo – fazer frente ao catolicismo era mais uma estratégia, até mesmo política quando entrava em jogo interesses dos protestantes. O problema é que esses terminavam por fazer frente a outras Denominações que também estavam crescendo no Brasil, formando disputas internas no campo protestante. De acordo com Vasni Almeida:

Com o título *O exclusivismo batista – uma vergonha para o Evangelho*, os batistas foram acusados de se posicionarem perante os demais protestantes brasileiros “(...)tal qual os judeus frente aos gentios no início do cristianismo” e serem os causadores de transtornos ao insistirem na tese de que somente eles propagandeavam a “verdadeira religião cristã” por praticarem o batismo por imersão.(grifo original do texto)⁶⁶

Esse debate demonstra uma característica comum dos batistas, o exclusivismo doutrinário, e que será sempre fruto de discordâncias, cisões e conflitos com os grupos progressistas no interior da Denominação. Essa postura fortaleceu o antiecumenismo, inclusive as relações com outras denominações protestantes. Ainda que fossem e ainda sejam contrários ao unionismo. O unionismo corresponde à união entre segmentos do cristianismo e também é conhecido como Ecumenismo ou União Cristã.

Os metodistas, presbiterianos e congregacionais tomaram para si a incubência de unir os grupos protestantes brasileiros fundando em 1903 a Aliança Evangélica, tendo como líder o pastor presbiteriano e professor Erasmo Braga. Junto a Comissão de Cooperação, foram as primeiras organizações interdenominacionais surgidas a caráter nacional. Porém,

Enquanto ocorria tal movimentação em torno da Aliança Evangélica, os batistas recusavam-se a participar dela e reafirmavam os seus princípios denominacionais como verdade bíblica a ser seguida, referindo-se a uma união espiritual etérea, sem operacionalidade ou factibilidade como desejavam outras confissões evangélicas.⁶⁷

Diante da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, novas articulações políticas passaram a surgir e no meio dessas novidades do Estado Novo, surgia o espectro do velho medo dos batistas: a perda da Liberdade Religiosa. As lideranças protestantes se apressaram em manter ligações com o novo presidente no intuito de proteger o princípio do Estado laico, que constava na separação entre Igreja e Estado. Foi diante desse quadro que os

⁶⁶ ALMEIDA, Vasni. “‘O estabelecimento do Reino de Deus’: Razões históricas para o antiecumenismo brasileiro”. In. DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Teixeira; LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros (org.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010. p. 132

⁶⁷ SILVA, Elizete, 2010, *op. cit.*, p. 59

grupos protestantes decidiram se unir e formar um bloco supradenominacional a fim de demarcar o seu espaço no campo religioso brasileiro. De acordo com Silva:

Em 1933 os protestantes históricos, à exceção dos batistas, fundaram a Federação de Igrejas Evangélicas do Brasil, com o *claro objetivo de preservar a liberdade religiosa frente ao catolicismo e de se fortalecerem no cenário religioso nacional (...)* Menos que um esforço ecumênico de fato, muito mais uma união contra o inimigo comum: a Igreja Católica. Em 1934, uniram-se as antigas entidades e organizaram a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), com um episódio de cooperação ou, quando menos, de coalizão contra o catolicismo romano⁶⁸.

O medo da influência da Igreja Católica e da união com esta, junto ao sectarismo e pietismo da postura dos batistas, fez com que a Convenção Batista do Brasil (CBB) se mantivesse distante do diálogo e da participação, tanto na Aliança Evangélica quanto na Confederação Evangélica. Ainda que esta, em seus Estatutos, declarasse que:

A Confederação defendia a união espiritual e não orgânica entre todas as igrejas evangélicas do país; identificava como ‘ecumenismo são’ aquele resultante apenas da colaboração entre igrejas igualmente evangélicas; repudiava a colaboração com a Igreja Católica por estar ela ‘...fora da família evangélica porque apostatou da fé’; negava enfaticamente sua filiação ao Conselho Mundial de Igrejas⁶⁹.

Ou seja, ainda que defendessem o “ecumenismo são” – somente entre evangélicos –, chamado de interdenominacionalismo, evitando o diálogo com a Igreja Católica, a Denominação Batista se manteve firme em sua postura sectarista condenando a interseção e a realização de atividades das comunidades batistas conjuntamente com outros grupos religiosos.

Os Batistas e o Regime Civil Militar

No período do Regime Civil Militar, iniciado com o golpe “revolucionário” de 1964, os batistas deram mais um passo em busca de visibilidade política. Esse período da História do Brasil é tratado como “Civil Militar” por ser caracterizado pela tomada do poder, em 1 de abril de 1964 pelas tropas militares, destituindo João Goulart do poder presidencial. Entretanto esse regime visava por fim às políticas populistas de Jango que, para os setores da elite econômica e os setores mais conservadores, apresentava ameaça de instaurar um regime comunista – a ameaça de uma nova Cuba, pós Revolução Cubana de 1959 – o que tanto para os setores da política liberal quanto para os Estados Unidos – e nesse ponto os interesses se interligavam – era necessária essa interrupção. A participação civil foi muito presente, o que

⁶⁸ *Idem*, p. 61

⁶⁹ TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 371

faz com que o processo não seja, estrita e tão somente, militar. Setores do empresariado e da indústria, assim como grupos conservadores e dentre eles as cúpulas dos setores protestantes deram total apoio à tomada de poder e a instauração do Regime Civil Militar.

Luciane de Almeida aborda as representações dos batistas sobre o período do Governo Militar, mais precisamente a ambigüidade entre a posição conservadora da CBBa (Convenção Batista Baiana), refletida na liderança de muitas comunidades batistas e a existência de grupos progressistas que sofriam perseguição pela postura política. De acordo com a autora:

A Convenção Batista Baiana, no período estudado, reunia dezenas de comunidades, destaca-se dentre elas: a Igreja Batista Sião, dirigida à época pelo pastor e militar da reserva Rev. Valdívio de Oliveira Coelho e a Igreja Batista Dois de Julho, pastoreada por Ebenézer Gomes Cavalcanti, advogado e deputado estadual pela UDN em 1950. (...) Destacaram-se também, o político Raymundo Brito, deputado federal por quatro vezes consecutivas (1954, 1958, 1962 e 1966 sendo as três primeiras pela UDN e após o Golpe Civil-Militar pela ARENA), que apesar de não fazer parte da membriezia – era esposo da Dr.^a Alzira Coelho, irmã do pastor Valdívio Coelho e uma poderosa mulher batista – mantinha estreitas relações entre sua atuação política e a Denominação Batista; e o diácono batista Clériston Andrade prefeito da cidade de Salvador entre 1971 e 1974.⁷⁰

Essa participação destoava com a representação dos batistas sobre a participação política e mostra que, apesar da “forma institucionalizada”, essa participação era efetiva e chegou a influenciar no período da redemocratização, o que será visto mais adiante.

Nesse sentido, de acordo com Elizete da Silva:

A campanha nacional de evangelização foi uma das respostas dos batistas à conjuntura nacional durante o golpe de 1964. (...) A pseudo-omissão política dos irmãos desvelou-se publicamente: não só legitimavam o regime militar, mas passaram a colaborar com as instâncias governamentais e a pleitear, num jogo de intensas barganhas, cargos e postos políticos em nível federal, estadual e municipal.⁷¹

Esse comportamento pode ser visto como uma prática permanente, até então, dos grupos reformados. Pode ser observado, em outra obra da autora, que várias famílias protestantes, por esforços ou relações clientelistas conseguiram ascender socialmente e formar, em seu seio familiar, profissionais liberais, professores comerciantes e outros indivíduos em setores da

⁷⁰ ALMEIDA, Luciane, 2011, *op. cit.* p. 90

⁷¹ SILVA, Elizete da. “Protestantes e o governo militar: convergências e divergências”. IN. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 40

sociedade de prestígio e em troca mantinham a obediência às autoridades recebendo o apoio e a manutenção da liberdade religiosa.⁷²

A ambiguidade estava no fato de que o puritanismo batista se alinhou à política moralista da extrema direita militar, que era dissonante da máxima da Denominação: a liberdade de expressão. Contudo, a postura moralista e conservadora do Governo Militar foi bem aceita pela maioria da Denominação, inclusive pela cúpula das Convenções.

Alguns setores satanizavam os movimentos de linha marxista e passaram a perseguir grupos progressistas que existiam no seio da Denominação, formado por uma maioria de jovens que eram denominados, pejorativamente, de “os cor-de-rosa”, chegando à expulsão destes do rol de membros da Igreja Batista Dois de Julho, em Salvador. O posicionamento quanto ao Governo Militar era ambíguo dentro da Denominação Batista, pois várias lideranças, inclusive a própria Convenção Batista, demonstrava apoio ao Regime. Entretanto grupos no interior das comunidades se posicionavam contra as medidas tomadas pelo governo e buscavam ter uma postura mais voltada para o social e pela união ecumênica entre grupos cristãos. Essa postura, no período crítico que se viveu pós-golpe, era constantemente confundida com comunismo – ideia que pairava distorcida no imaginário brasileiro. A exemplo disso temos o caso da Igreja Batista Dois de Julho, pastoreada na época pelo Pastor e Deputado da ARENA Ebenezer Cavalcanti que eliminou do rol de membros Agostinho Muniz e outros jovens pois “ousou desafiar as concepções doutrinárias e políticas do seu Pastor Ebenezer Cavalcanti declarando-se ecumenista e contrário à dominação norte-americana no País e na igreja”⁷³.

Em suma, a oposição ao governo, aos EUA ou ao sistema liberal político modernizador da ARENA e da política militarista aos olhos dos conservadores era Comunismo. Para os protestantes esse regime nada mais era que a própria doutrinação do mal demoníaco, assim como para outros grupos cristãos da sociedade brasileira. Ou seja

De uma forma geral, a oposição batista ao comunismo, seguiu a tendência das demais instituições religiosas, ou seja, justificava-se por que o comunismo além de por em xeque valores morais considerados essenciais para a tradição cristã, ao defender, o divórcio e o aborto, chegou ao extremo de divulgar e propor o ateísmo. Nesse sentido, reproduzia clichês comuns ao

⁷² SILVA, Elizete 2010, *op. cit.*, p. 64

⁷³ SILVA, Elizete 2011, *op. cit.*, p. 41

vocabulário religioso, e partindo deles criou uma conotação própria a essas representações⁷⁴.

A partir daí o grupo tomou uma postura mais repressiva e se aproximou das instâncias governistas do período, aumentando a visibilidade social. Essa relação era bem mais visível quando membros e líderes de comunidades eram nomeados a altos cargos administrativos. De acordo com Silva, “as alianças entre o governo militar e os batistas baianos culminaram com a indicação do Dr. Clériston Andrade, advogado bem sucedido, alto funcionário do Banco do Estado da Bahia e diácono batista conceituado, ao cargo de prefeito da cidade de Salvador, para o período de 1971 a 1975”.⁷⁵

Os Batistas e os anos 1980

Após a Constituinte de 1986 os evangélicos tiveram um *boom* no seu número de membros e os batistas não fogem à regra. As eleições constitucionais do ano de 1986 foi um divisor de águas na vida política dos grupos protestantes brasileiros. Até esse ano, a presença parlamentar de evangélicos era mínima, porém, após as eleições o número de constituintes evangélicos cresceu de modo nunca visto⁷⁶.

Entre os batistas, a presença nas instâncias políticas era uma prática comum – é sempre bom lembrar – mesmo que isso fosse de encontro com uma comum representação: o não envolvimento com a política partidária. Os batistas progressistas – grupos que tinham uma postura de luta política voltada ao social, à união ecumênica e contra a dominação norte-americana no Brasil, assim como buscavam uma política de mudança e igualdade social, sendo perpetuamente confundidos com os comunistas – já existiam no seio da Denominação, mesmo que não tivessem expressividade. Quanto à participação política dos batistas Tarcisio Guimarães comenta sobre a relação do grupo com os governos militares e, a partir dos anos 1980, de membros de comunidades batistas baianas que se candidataram a cargos políticos a exemplo de Walter Pinheiro (PT) e Gerson Gabrielli (PFL)⁷⁷.

Durante as eleições de 1989, onde a disputa para o cargo de Presidente da República foi protagonizado por Fernando Collor, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e Luis Inácio “Lula” da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT) o voto dos grupos protestantes foram de suma importância para o desenrolar do resultado. Diferentemente do que se esperava

⁷⁴ ALMEIDA, 2011. *Op. cit.*, p. 73 e 74.

⁷⁵ SILVA, Elizete 2009, *op. cit.*, p. 43

⁷⁶ FRESTON, 1993 *op.cit.* p. 2

⁷⁷ GUIMARÃES, 2002 *op. cit.*.

o voto pentecostal e neopentecostal foi quem alavancou a vitória de Collor em detrimento do voto dos grupos oriundos do Protestantismo Histórico. De acordo com Paul Freston o voto pentecostal elegeu Collor, na eleição de 1989, o que mostra que, ao contrário do que se acreditava, o posicionamento dos batistas – o alinhamento aos grupos de direita – já não era tão forte. De acordo com o autor:

Fernando Collor deve ter recebido uma votação obediente da maioria dos pentecostais, porque: 1) se apresentava como oposição ao governo Sarney; 2) *podia ser plausivelmente representado como “temente a Deus”*; e 3) explorava o tema combate à corrupção, tema político de cunho moral e, portanto, facilmente compreendido mesmo pelo evangélico não-politizado (grifo meu)⁷⁸.

O que demonstra que no período abordado pela pesquisa, o comportamento dos batistas passava por uma brusca mudança, reflexo de uma maior conscientização política que, no Regime Militar, era constantemente condenado, assim como em períodos anteriores. De acordo com Zózimo Trabuco em sua tese, o período de abertura política foi caracterizado por um processo de fragmentação partidária onde a esquerda, que era formada por frentes e movimentos liderados pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passaram a se organizar enquanto partidos, assim como o próprio que veio a se tornar PMDB. Com a formação desses partidos, os setores do protestantismo ecumênico progressista passaram a dialogar com os diversos partidos da esquerda que passaram a surgir.

A ênfase na tríade PMDB, PDT e PT se deve ao fato de que estes foram os partidos com os quais o Protestantes Ecumênicos e de Missão Integral mais dialogaram no processo de abertura política. As inserções partidárias ganham mais inteligibilidade analisando-se o posicionamento dos setores protestantes nos diversos processos que marcaram a abertura política. Nenhum setor do protestantismo manifestou-se tão próximo das ações de oposição à ditadura ou das ideologias de esquerda quanto o ecumênico⁷⁹.

As relações políticas: conservadores x progressistas

⁷⁸ FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006. p. 96

⁷⁹ TRABUCO, Zózimo Antonio Passos. *“À direita de Deus, à esquerda do povo”*: *Protestantismos, esquerdas e minorias em tempos de ditadura e democracia (1974-1994)* Tese (doutorado) 419 f. Rio de Janeiro, 2015. p. 272.

Essa participação política destoava das representações dos batistas sobre as atividades políticas e mostra que, apesar da forma não institucionalizada, essa participação era efetiva e influenciaria no período da redemocratização do País, como uma forma de fortalecer as práticas proselitistas e o ganho de novos espaços ainda não conquistados na sociedade. Em 1964, o Pr. José Reis Pereira, fez um discurso que iria definir qual a postura tomada pela Convenção Batista ante o Governo Militar:

Alegra-nos saber (pelo menos até agora) que o movimento de salvaguarda da democracia verificou-se sem sangue. Os objetivos do movimento estavam tão de acordo com o que quer o povo, que não houve resistência (...). Agora é possível prosseguir na conquista de tanta coisa que é, realmente, necessária para que tenhamos um Brasil melhor⁸⁰

O Golpe Civil Militar foi recebido com louvor pelos setores conservadores do protestantismo, assim como pelos setores da elite empresarial, industrial, comercial e grupos liberais que viam na tomada do poder uma chance de dar fim às práticas populista de Jango. Foi por esse motivo que o Golpe de 1964 tornara-se *Civil Militar*. A situação apontava para uma facilitação na melhoria do Brasil e, de acordo com o tema da campanha nacional do período – “CRISTO, A ÚNICA ESPERANÇA”⁸¹ – eles viam o período das “vacas gordas” para o trabalho evangelístico. Provavelmente era do conhecimento do articulista batista que enquanto uma camada da sociedade comemorava a “A mão amiga” do Governo Militar com sua Revolução, outra parcela – as mais pobres e em desvantagem política – sentia o “braço forte” da linha dura do exército brasileiro. “Braço forte, mão amiga” ainda hoje é o lema das forças armadas brasileiras.

Essa postura de elogiar o Golpe Civil Militar era comumente notada na imprensa batista, mas não se restringiu a isso. Dentro das comunidades batistas era comum as ações de graça e orações pelo evento político. “Foram registrados, em todas as igrejas analisadas, moções de apoio, votos de louvor, programas cívicos, semanas de oração pela pátria, que dão a medida da preocupação das igrejas em reafirmar sua posição favorável ao destino que então se dava à política nacional.”⁸² Foi recorrente o uso de palavras como “apoio”, “alívio”, “regozijo”, “tranquilidade” e não havia nenhum temor de que a postura de linha dura do governo dos militares pudesse afetar a “Plena Paz” das comunidades batistas, isto é, a liberdade de culto.

⁸⁰ O JORNAL BATISTA, 5 de abril de 1964, p. 1

⁸¹ ALMEIDA, Luciane 2011 *op. cit.* p. 53, 54

⁸² TEIXEIRA, 1983, *op. cit.* p. 451

Por ser um grupo minoritário e estrangeiro na sociedade brasileira a laicidade do Estado e a liberdade para poder realizar seus cultos e seus trabalhos missionários era uma conquista cara aos batistas e, vez ou outra, surgia como reivindicação ferrenha contra medidas governistas que favorecessem o catolicismo.

Essa relação com o Golpe Civil Militar foi notada nos periódicos batistas como uma ação divina para livrar o Brasil dos males demoníacos do comunismo, instaurar a ordem e a democracia e reorganizar a sociedade brasileira, onde os militares seriam agentes expurgadores de todo o mal social. Vale ressaltar que a mídia, em qualquer grupo ou a partir de qualquer grupo tem como função principal veicular os pensamentos de um determinado grupo seja ele étnico, de classe, religioso, de gênero e etc. No caso da mídia da denominação batista onde temos o *Jornal Batista* – de veiculação nacional e semanal – e o *Batista Baiano* – que em alguns momentos foi bimestral e em outros mensal no período estudado – transmitiam aos fiéis a ideologia e o posicionamento da Convenção Batista Brasileira (CBB) e da Convenção Batista Baiana (CBBa), respectivamente. Nessa pesquisa ambos periódicos serão utilizados para análise do pensamento da Instituição que era liderada pelos Conservadores.

Porém, essa não era a visão de todos os protestantes. Robinson Cavalcanti, que foi bispo anglicano e professor de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), articulista político opositor à ideologia do conservadorismo político nos anos 1980 e um dos fundadores do Movimento Evangélico Progressista (MEP), registrou assim sua visão sobre o Golpe:

Enquanto que as cassações eram realizadas ao nível político, pelo novo regime, os expurgos iam livrando, progressivamente, os seminários e juntas de elementos considerados culpados dos delitos de “esquerdismo” de “ecumenismo” ou de “modernismo”, ou de terem, dependendo do caso, “tendências renovadas”. Mais e mais aquelas denominações – em um mecanismo de auto-defesa – iam enfatizando as tradições e as confissões de fé. Ao mesmo tempo iam se assemelhando ao regime vigente no País: rígidas, autoritárias, exclusivistas, intolerantes, repressivas.⁸³

Para a maioria protestante conservadora, essa aproximação com os governos militares a partir de 1964 garantiu vários cargos e posições na política-administrativa no processo de consolidação do Regime Militar, sendo um caso inusitado na História do Brasil, onde um País culturalmente católico acabou por ver crescer, dentro das instâncias políticas, o número de

⁸³ CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo, Nascente, 1985. p. 203

protestantes em cargos políticos e cargos administrativos. Como exemplo maior temos o ex-presidente General Ernesto Geisel, que era Luterano.⁸⁴ De acordo com Ferreira:

A fidelidade manifestada de forma individual ou coletiva qualificaria os protestantes conservadores brasileiros para o exercício de funções de responsabilidade político-administrativa no processo de consolidação de um regime político congenitamente carente de legitimidade social. De forma que o Brasil, país de esmagadora maioria católica, experimentou, pela primeira vez em sua história, a ascensão de um segmento de cristãos protestantes em postos de elevada responsabilidade política.⁸⁵

Para além das questões da esfera política, um dos conflitos entre os conservadores e os progressistas residia na postura ecumênica, o que já acarretava em disputas e cisões dentro de comunidades batistas. A Denominação Batista não chegou a fazer parte da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) justamente por essa fazer alusão ao unionismo, visto anteriormente.

O conservadorismo de algumas lideranças na Denominação Batista se alinhou à política conservadora da extrema direita militar, o que acabou por entrar em choque com a máxima da Denominação de não participação política, quando na realidade, desde a instalação do Golpe Civil Militar o discurso não andou juntamente com a prática. Alguns grupos satanizavam os movimentos de linha marxista e passaram a perseguir grupos progressistas, que mais tarde uniriam-se formando o Movimento Evangélico Progressista (MEP).

⁸⁴ Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 – 1985)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

⁸⁵ FERREIRA, 2010 *op. cit.* p. 87

Capítulo 2 – A voz da Convenção: entre o discurso e a prática dominante.

Para dar início à discussão deste capítulo é necessário, antes de tudo, fazer um apanhado conceitual e histórico de Convenção e da Convenção Batista Brasileira. As Convenções Batistas existem desde a sua formação nos Estados Unidos e tem como função principal organizar as diversas comunidades batistas ao longo de um determinado território sob um corpo de doutrinas – regras baseadas na bíblia que definem o *ethos* batista⁸⁶.

Sob esse corpo doutrinário os batistas brasileiros começaram a se unir e definir grupos de atuação em suas regiões. Começavam a surgir as primeiras Convenções Estaduais no Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia. De acordo com o memorialista Pr. José Reis a formação de uma Convenção Nacional era o sonho de Salomão Ginsburg, entretanto havia o grande receio de que a denominação, ainda em solo brasileiro, não tivesse condições para sustentar o trabalho da Convenção. Esta seria responsável por fazer a manutenção e fiscalização tanto das outras Convenções, quanto das comunidades que já surgiam e passariam a surgir, fruto do proselitismo do trabalho missionário.

Contudo, mesmo com todos esses problemas burocráticos a organização da Convenção Batista Brasileira saiu do campo dos planos e passou a ser construída. Por já haver um meio de comunicação da denominação, O Jornal Batista que foi fundado em 1901 por William Entzminger, que era pastor e missionário norte americano e que ajudou, ainda na última década do século XIX, a consolidar o trabalho missionário batista, mais precisamente na região de Pernambuco e por já haver algumas Convenções Estaduais, a exemplo da União do Estado do Rio, que compreendia as comunidades presentes na atual Região Sudeste (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro).

De acordo com o memorialista “Na segunda-feira, 22 de junho de 1907, no antigo prédio do Aljube, foi aberta solenemente a primeira Assembléia da Convenção Batista Brasileira”⁸⁷. Era o início das atividades da Convenção Batista Brasileira. Esta, para além de

⁸⁶ Para melhor entender a formação do pensamento batista conferir AZEVEDO, Israel Belo de. “A experiência batista” In. *A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro*. Piracicaba: Editora Unimep; São Paulo: Exodus. 1996. p. 75 – 88.

⁸⁷ PEREIRA, José dos Reis (da Silva). *História dos Batistas no Brasil (1882 – 1982)*. Rio de Janeiro, Junta de Educação Religiosa e Publicações (JUERP), 1982. p. 84.

um serviço de administração interna tinha como responsabilidade, também, gerir e coordenar os trabalhos missionários para as outras regiões próximas ao campo brasileiro.

Como foi visto acima, a Denominação Batista, por mais que pratique a autonomia entre as comunidades, onde nenhuma está sobre a outra quando se diz respeito a auto-organização elas estão sob uma estrutura hierárquica que unifica todos os arraiais batistas sobre uma forma de pensar e agir batista: as Convenções. Em um caráter nacional e de maior grau na hierarquia está a Convenção Batista Brasileira (CBB), a nacional e que coordena o trabalho das outras convenções menores, no caso as Estaduais. Como estamos fazendo um recorte geográfico no Estado da Bahia, que se localiza ao sul da Região Nordeste, vamos focar no discurso da Convenção Batista Baiana (CBBa) e do seu periódico o jornal Batista Baiano.

É de suma importância observar que a Denominação e as convenções estão atreladas, fortemente, à produção de um periódico próprio: Jornal Batista, de cunho nacional e os estaduais, a exemplo do Batista Baiano. Estes serviam como modo de propagar as ideias, as notícias, as mudanças, ou seja, manter unido e informado todas as comunidades batistas seja no âmbito nacional ou estadual. Vamos analisar esses periódicos nesse capítulo na busca de entender o posicionamento político da CBB e da CBBa no período em que estamos estudando.

A Convenção e as autoridades: A relação com os regimes e as autoridades políticas.

Como vimos no capítulo anterior, os batistas com o passar do tempo buscaram “seu lugar ao sol” na política nacional e nos espaços sociais. Já não eram mais aquele grupo protestante inexpressivo dos finais do século XIX, pois estes já detinham um reconhecimento por parte das autoridades políticas – muitos líderes batistas, inclusive, já tinham cargos na administração pública⁸⁸ e relações com os políticos, assim como já faziam declarações de apoio aos líderes constituídos. No período do Regime Civil Militar, iniciado com o golpe de

⁸⁸ SILVA, Elizete 2011, *op. cit.*

1964, os batistas deram mais um passo em busca de visibilidade política. De acordo com Elizete da Silva:

A outra atitude, complementar às suplicas e campanhas proselitistas, foi uma densa articulação com os governos militares. A pseudo-omissão política dos irmãos desvelou-se publicamente: não só legitimavam o regime militar, mas passaram a colaborar com as instâncias governamentais e a pleitear, num jogo de intensas barganhas, cargos e postos políticos em nível federal, estadual e municipal.⁸⁹

A ação persecutória do Governo Militar deu mecanismos para que diversos grupos que estivessem alinhados à ideologia do Regime Militar tivessem meios de perseguir seus opositores. Não precisavam ser, comprovadamente, comunistas. Bastava uma postura progressista, em seu pensamento político ou no modo como se relacionava e pensava a sociedade para que estes fossem perseguidos. Com as denominações protestantes não foi diferente. Muitos líderes, intelectuais, membros e até mesmo grupos inteiros sofreram com esse processo inquisitorial que tomou conta do campo protestante.

Os Pastores João Dias de Araújo, pastor presbiteriano e um dos mais atuantes no movimento ecumênico e Djalma Torres, pastor batista e atuante no movimento do protestantismo ecumênico, em suas biografias, relatam o clima de perseguição que tomou conta das comunidades protestantes e dos centros de formação de lideranças. Em ambos podemos notar a centralização do poder e os mecanismos de controle que os órgãos administrativos eclesiásticos se utilizaram. De acordo com Pr. Djalma Torres:

A ditadura militar não só provocou mudanças profundas e dolorosas na política e na vida brasileira como um todo. Ela atingiu em cheio as igrejas protestantes. Algumas sofreram bastante, com perdas de líderes e jovens – alguns com prisão –, com a perseguição de pastores e teólogos, mas outras delas se aproveitaram para se fechar num fundamentalismo dogmático sem precedentes e num movimento carismático chamado de renovação espiritual.⁹⁰

Os relatos do Pr. João Dias de Araújo são semelhantes:

A IPB tem participação no golpe militar da direita, apoiando o novo regime e, através de seus juristas, elabora atos institucionais para a ditadura. Vários pastores, presbíteros, professores de seminários e jovens estudantes são perseguidos pelas lideranças da IPB e acusados de comunistas, subversivos e modernistas (...). Foi criada a Comissão Especial dos Seminários (CES) para

⁸⁹ SILVA, Elizete, 200 *op. cit.* p. 40

⁹⁰ TORRES, Djalma. *Caminhos de Pedra*. Feira de Santana – Bahia: Curviana, 2011. p. 22

expulsar professores e alunos que eram favoráveis ao movimento ecumênico e que se preocupam com problemas sociais.⁹¹

Essas experiências demonstram que alguns grupos protestantes não se alinharam, somente, ao pensamento político da direita militar, mas se assemelhavam sobremaneira em suas técnicas de ação e controle social. Em contrapartida existiram grupos, de caráter mais progressista, que discordavam do Regime Civil Militar e da forma autoritária que tanto o governo, quanto as lideranças eclesiásticas do período assumiram.

As perseguições eram acompanhadas de discursos que satanizavam as práticas de Ecumenismo, Comunismo e Socialismo generalizando e colocando toda e qualquer prática de ação popular política voltada ao social dentro do termo “comunismo” que soava aos ouvidos dos fieis como “satanismo”, “adoração ao Diabo” e outras práticas condenáveis aos “servos de Deus”. Essa imagem era a todo tempo atrelada aos protestantes dos segmentos mais progressistas por buscarem um discurso de mudança social, união ecumênica e buscar discutir questões voltadas às minorias, tudo que traçava o imaginário, mesmo que de forma grotesca, que os protestantes mais conservadores tinham do modelo de comunista ou de comunismo.

Essa mudança de posição política, sentida por ambos os líderes protestantes, foi marcante na Denominação Batista. A partir do golpe o grupo tomou uma postura repressiva e persecutória se aproximando mais ainda dos governantes do período e das práticas políticas dos grupos dominantes, posição que lhes deu maior visibilidade social. Na Bahia “as alianças entre o governo militar e os batistas baianos culminaram com a indicação do Dr. Clériston Andrade, advogado bem sucedido, alto funcionário do Banco do Estado da Bahia e diácono batista conceituado, ao cargo de Prefeito da cidade de Salvador, para o período de 1971 a 1975”⁹². Este veio a falecer no período de sua campanha para Governador da Bahia, em um acidente de avião⁹³. Ficou marcado na história dos protestantes em geral, inclusive dos batistas, o fato de que no regime ditatorial estes “não representavam grande resistência política nesse período, havendo até mesmo inúmeras demonstrações de aceitação aos presidentes-militares”⁹⁴.

Essa aproximação com os governos militares a partir de 1964 garantiu a vários líderes protestantes cargos e posições dentro da política-administrativa no processo de consolidação

⁹¹ ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história sombria da igreja presbiteriana do Brasil*. São Paulo : Fonte Editorial, 3ª Edição, 2010. p. 16

⁹² SILVA, Elizete 2009 *op. cit.*, p. 43

⁹³ TORRES, *op. cit.*, p. 24

⁹⁴ GUIMARÃES, 2002. *op. cit.* p. 33

do Regime Militar, sendo um caso inusitado na História do Brasil, onde um País culturalmente católico, acabou por ver crescer, dentro das instâncias políticas, o número de protestantes em cargos políticos e cargos administrativos, como exemplo maior temos o ex-presidente General Ernesto Geisel, de confissão Luterana⁹⁵. De acordo com Ferreira:

A fidelidade manifestada de forma individual ou coletiva qualificaria os *protestantes conservadores* brasileiros para o exercício de funções de responsabilidade político-administrativa no processo de consolidação de um regime político congenitamente carente de legitimidade social. De forma que o Brasil, país de esmagadora maioria católica, experimentou, pela primeira vez em sua história, a ascensão de um segmento de cristãos protestantes em postos de elevada responsabilidade política (grifo meu)⁹⁶

Um dos conflitos entre os conservadores e os progressistas era a relação ecumênica, o que já acarretava em disputas e cisões dentro de comunidades batistas. Um exemplo relevante na Bahia é a Igreja Batista de Nazareth, localizada no bairro de mesmo nome, em Salvador e que era pastoreada pelo Pr. Djalma Torres, militante assíduo e reconhecido do ecumenismo entre diferentes religiões⁹⁷. Como foi visto anteriormente, a Denominação Batista não chegou a fazer parte da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) – que a partir do Golpe passou a ser liderada pelos conservadores ganhando o apoio do Governo Militar – por conta de boatos de que essa organização estabelecia relações com a Igreja Católica, mesmo que essa não se desse em um patamar teológico.

Quando os conservadores conseguiram o poder da administração da CEB, a visão ecumênica foi abandonada e os jovens pastores que seguiam essa visão foram perseguidos e expulsos de seus ministérios. Isso pode ser notado nas palavras de Ferreira quando analisa a IV Conferência Nacional Sobre Responsabilidade Social da Igreja que foi organizada pela Comissão Igreja e Sociedade da CEB, quando discutia os rumos do protestantismo no Brasil ante o quadro político brasileiro.

Todavia, significou também um marco no acirramento das divergências e dissensões no seio do próprio mundo evangélico. A originalidade de seu temário, a amplitude política e religiosa do arco de personalidades convidadas e a contundência de suas resoluções foram recebidas como um toque de trombeta pelos círculos conservadores do protestantismo brasileiro, motivando poderosas represálias. No curso do mesmo evento, as vozes conservadoras do mundo evangélico patenteariam sua desaprovação aos rumos apontados pela jovem liderança ecumênica.⁹⁸

⁹⁵ Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (2a. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁹⁶ FERREIRA, 2010 *op. cit.* p. 87

⁹⁷ Cf. TORRES, *op. cit.*

⁹⁸ FERREIRA, *op. cit.*, p. 85

Em 1979, em artigo no *O Jornal Batista*, o Pr. José Reis Pereira criticava a atitude subversiva da Igreja Católica ao defender o Pe. Vitor Miracapillo, que havia se negado a rezar a missa de sete de setembro, quando é comemorada a Independência do Brasil, justificando sua atitude com a denúncia da falta de liberdade das instituições no Brasil, causadas pelo Governo Militar. O Pastor condenava a atitude do padre como uma afronta ao Supremo Tribunal e afirmava: “Mas o padre Vitor falou e repetiu porque, em sua carta aberta deixada no Recife, ele disse: ‘Minha expulsão... é a capitulação do Governo diante da extrema direita (...), representada pelo poder econômico e por políticos e militares a estes subservientes’.”.

A negação do padre italiano em rezar a missa não foi o que incomodou os batistas, pelo contrário! Um católico se negar a fazer um sacramento de seu credo seria até bastante cômodo para a Denominação; a oposição ao governo foi o que levantou as críticas do articulista batista, esse foi o motivo de tamanha revolta:

Mas não sabemos se essa declaração arquiépiscopal foi mais grave que a do famoso bispo espanhol, *simpatizante confesso dos “herois” marxistas*, que, num desafio ostensivo, explodiu: “A decisão (de expulsar o padre italiano do Brasil) indica a impotência subserviente do judiciário (...). Não somente o povo não é livre, como também não são livres as instituições deste país?” Esse outro eclesiástico falador insulta nessas palavras o Supremo Tribunal só porque não decidi, conforme ele, talvez, esperasse, dada a pressão do episcopado por ocasião do julgamento (grifo meu)⁹⁹.

Para os batistas que podiam ser identificados na pesquisa como conservadores, qualquer ato de subversão às autoridades era comparada a um ato insubordinado contra Deus, pois estas tinham sido escolhidas pela própria divindade, visão do povo eleito por Deus, para governar as nações. No caso específico do Pe. Vitor Miracapillo houve um aproveitamento da situação para reforçar a característica de “povo ordeiro” dos protestantes e apontar as falhas de setores da Igreja Católica contra o poder do governo militar.

Isso nos faz lembrar uma característica do grupo que deve ser sempre ressaltada: a obediência aos políticos. Obediência essa que, para além das representações religiosas do grupo era fruto da elitização e do crescimento da Denominação. Lideranças e membros passaram a ter cargos de importância na sociedade o que era retribuído com obediência política. De acordo com Silva:

Muitas famílias, por esforços próprios ou arranjos clientelistas, passaram a ter em seu seio profissionais liberais, professores, comerciantes e demandava paridade política e prestígio social. Como outra face da mesma moeda, o

⁹⁹ O JORNAL BATISTA, 16 de novembro de 1980, p. 3

prestígio político se constituía como uma espécie de barganha onde os evangélicos ofereciam a obediência e o respeito às autoridades constituídas e recebiam em troca apoio e manutenção das liberdades de consciência e religiosa¹⁰⁰

Os “milagres de Deus”: Rádios, canais de Televisão e outras concessões aos batistas.

Desde a década de 1960 que era comum nos grandes eventos das comunidades batistas a presença de autoridades locais, estaduais e até a nível federal. Também podemos citar as concessões de rádios e horários em canais de televisão para a exibição de programas evangelísticos e para ajudar em campanhas, como foi o caso da 2ª Campanha Nacional com o tema “Só Jesus Cristo Salva”. Nos anos 1980 essa prática era recorrente e aconteceria com muita frequência.

A presença de autoridades políticas em eventos da Denominação Batista é assumida no próprio *Jornal Batista*, na qual em artigo resumindo o evento da Convenção Nacional, que se realizou no estado do Mato Grosso do Sul, em 1986, relatava:

Na sessão solene do dia inicial da Convenção esteve presente o Governador do Estado, Dr. Wilson Barbosa Martins, bem como um dos Secretários de Estado e o Comandante da Base Aérea Coronel Joel Tang, nosso irmão, membro da Igreja Batista do Rio. *O comparecimento das autoridades máximas do Estado às nossas assembleias não é novidade. Desde 1964, com uma ou outra excessão, vem acontecendo sempre.* (grifo meu)

Essa presença é vista ao decorrer do trecho como um indício da visibilidade dos batistas na sociedade o que seria para o grupo um fato louvável. Eles tinham plena consciência da sua importância devido o seu potencial eleitoral na sociedade. Isso pode ser notado no artigo:

Significa que os batistas estão cada vez mais conhecidos e respeitados. *De nossa parte convidar e receber autoridades não significa endosso à política que elas representam mas o respeito recomendado nas Escrituras por aqueles que exercem o poder. Dada a firmeza com que defendemos o princípio de separação entre Igreja e Estado é bom prestar esse esclarecimento.* Mas folgamos, naturalmente, em verificar que já não somos aqueles “ilustres desconhecidos” cujas assembleias e congressos passavam completamente despercebidos nas diversas cidades em que se realizavam.

¹⁰⁰ SILVA, Elizete 2010 *op. cit.* p. 65

Nada de vaidade nisso: apenas acentuamos que estamos crescendo, sendo ouvidos e observados. (grifos meus)¹⁰¹.

O trecho grifado no trecho acima ressalta um discurso que marca a relação da denominação com o campo político: “defendemos o princípio de separação entre Igreja e Estado”. O articulista tem a preocupação de elucidar que a presença das autoridades na Convenção Nacional está ligada ao respeito que o grupo tem as autoridades e não por haver uma relação política entre a denominação e as autoridades políticas. Entretanto, sabemos que as relações políticas se davam desde muito antes e a representação dessa separação tão acentuada não andava em consenso com a prática política.

Um exemplo dessa relação serão as concessões para canais de TV e emissoras de Rádio. Estas demonstram o forte laço com a política, pois para se obter acesso a esses meios de comunicação era necessário ter influência política, pois somente o Governo tem poder sobre essas concessões. No momento que os Protestantes passaram a ter programas na televisão e nas rádios isso implicava que estavam diretamente ligados à influência do Governo. No trecho seguinte Alexandre Fonseca, analisando as relações entre a mídia e o poder político discorre:

A relação entre poder público e os meios de comunicação é notória. No Brasil, para se conseguir uma concessão de rádio ou TV sempre foi fundamental o trabalho político. Somente o governo libera esse uso, e caso não se tenha as relações certas o objetivo se torna impossível. O poder que representa um canal de televisão ou emissora de rádio, quando bem usado é tremendo. A mídia já foi apontada como responsável pela eleição e deposição de presidentes recentes na história brasileira. Conhecidos como “o quarto poder”, os meios de comunicação patrocinam a eleição de deputados – um em cada seis parlamentares da atual legislatura federal é dono de uma concessão de rádio ou TV. É o que poderíamos chamar de “coronelismo eletrônico”.¹⁰²

No universo protestante a mídia era usada para fins missionários e de difusão das mensagens salvacionistas. Essa característica de utilizar a mídia em seu trabalho missionário foi herdado, a curto prazo, dos protestantes dos EUA e, a longo prazo do próprio Martinho Lutero que se utilizou da imprensa para difundir suas teses a favor de uma reforma da Igreja Católica. De acordo com Karina Belotti:

As denominações americanas de origem reformada estavam entre as primeiras que enviaram missionários para o Brasil em meados do século

¹⁰¹ O JORNAL BATISTA, 16 de fevereiro de 1986, p. 1

¹⁰² FONSECA, Alexandre Brasil *apud*. SANTOS, Adriana Martins dos. “Direita, Esquerda ou Centro: A trajetória política da IURD” In. *Revista Perspectiva Histórica – dossiê: Religião e Política*: Revista publicada pelo Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas (CEBEP) – julho/dezembro de 2011, nº 1. p. 96.

XIX, e com eles seguiu-se a tradição de se usar a imprensa escrita. Com a distribuição de Bíblias e a publicação de jornais, os primeiros evangélicos eram herdeiros de duas realidades: indiretamente, da Reforma, e diretamente, dos protestantismos americanos¹⁰³.

Contudo, observamos que, para além de interesses religiosos, a mídia era usada, constantemente, para interesses políticos. Um exemplo foi a obtenção pela Rádio Difusora Ebenézer LTDA., do canal 13, o qual seria usado para fins proselitistas. Um exemplo a ser dado é o caso do Pastor Batista Nilson Fanini. Em 1964 este assumiu a liderança da Primeira Igreja Batista em Niterói (PIBN) a qual ficou à frente durante 41 anos. Foi também reitor do Seminário Teológico Batista de Niterói, fundou e coordenou o projeto Reencontro de assistência social – que daria nome posteriormente ao seu programa de TV – e foi dono da TV Rio de 1987 até 1992. Dentro da denominação teve grande espaço por presidir 12 vezes a CBB e entre 1995 e 2000 presidir a Aliança Batista Mundial. Desde o presidente Geisel que este teve acesso a audiência com todos os presidentes brasileiros.

Em 1984 o Jornal Batista noticia a grande conquista de um canal na TV – canal 13 – inteiramente voltado para a exibição de uma programação produzida pela denominação batista. A conquista desse canal foi vista como um milagre divino, sendo que o Pr. Nilson Fanini iniciara o programa REENCONTRO, justamente, no canal 13 que fora dado ao pastor pelo Presidente Figueiredo, que “demonstrou simpatia pela obra realizada pelos batistas”¹⁰⁴. Esse programa já era transmitido pela TV Bandeirantes, em um horário especial e em 1982, já completava sete anos de existência, o que pelas contas nos mostra que no ano da conquista do canal, estava funcionando a pelo menos nove anos¹⁰⁵.

Essa “sensibilidade” do presidente não foi por acaso. Pelo exemplo do Pr. Fanini, a relação entre os batistas e as autoridades constituídas era muito mais próxima do que ressaltou o articulista do Jornal Batista em fevereiro de 1986. Na verdade também era fruto do comportamento adesista de setores batistas, vistos pelos políticos como “povo ordeiro” e que não causava problemas tendo seus ideais alinhados aos ideais políticos dos governantes militares. Um fato que comprova tal adesão foi a quantidade de autoridades presentes na comemoração da conquista do canal. Eis uma lista com o nome dessas pessoas:

- Ministro Haroldo de Mattos;

¹⁰³ BELOTTI, Karina Kosicki. “A participação dos evangélicos na mídia” In. *“Fiel é a palavra”: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil*. ALMEIDA, Vasni de; SANTOS, Lyndon Araújo dos Santos; SILVA, Elizete da (orgs) – Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. p.433.

¹⁰⁴ O JORNAL BATISTA, 04 de maio de 1984, p. 5.

¹⁰⁵ O BATISTA BAIANO, julho e agosto de 1982, p. 3.

- Dr. Romulo Furtado (Secretário Geral do Ministério de Comunicação);
- Dr. Antonio Neiva (Diretor Geral do DENTEL);
- Deputado Federal Aroldi de Oliveira;
- Deputado Estadual Fausto Rocha;
- Dr. Luis Carlos Urquiza Nobrega (Chefe do gabinete do Ministério do Interior);
- Dr. Alberto Torres (Diretor de “O Fluminense” e presidente das Emissoras de Rádio e Difusão do Estado do Rio e do Espírito Santo);
- General Masta (Presidente da Radiobrás);
- Coronel Milton (Diretor da Divisão de Comunicações);
- Dr. Ildefonso Brum (Representante da FUNTEVÊ);
- Dr. Antonio Luis Mendes de Almeida (Diretor da empresa Kepler e Weber que ajudou a patrocinar o REENCONTRO);
- Jornalista Gilson Monteiro;
- Dr. Antonio Abolin (Superintendente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão);
- Drs Raymonde Holb e Fred Hawkins (Representantes da Junta de Richmond);
- Pr. Lelon Nascimento (Diretor de Marketing da JURATEL);
- Pr. José Alberto Carvalho (Diretor de “Planta Engenharia”);
- Evangelista Josué Guedes;
- Jornalista Isvaldino dos Santos (Representante das Assembléias de Deus de Madureira, Rio de Janeiro);
- Dr. Domingos Porto Chabalgovly (Chefe da divisão de Rádio e Difusão do Ministério das Comunicações);
- Dr. Hélio Leal (Chefe do Gabinete do Ministro das Comunicações);
- Dr. Fernando Luis Ramos Dias (Representante do Ministério dos Transportes);
- Pr. Ebenezer Soares Ferreira (Presidente da Convenção Batista Fluminense) que fora o autor do artigo.¹⁰⁶

É notória a presença de diversos integrantes do Ministério das Comunicações, presidente de diversas emissoras de rádio da Região Sudeste, líderes batistas – a exemplo do Presidente da Convenção Batista Fluminense e representantes da Junta de Richmond, grande patrocinadora das primeiras missões batistas – e de outras Denominações, como o Jornalista Isvaldino dos Santos, que representava as Assembleias de Deus em Madureira, no estado do

¹⁰⁶ O JORNAL BATISTA, 04 de maio de 1984, p. 5.

Rio de Janeiro. Simpatia pelo trabalho batista não seria o suficiente para mover tantas figuras do Governo Brasileiro, inclusive de outra denominação. Havia, notadamente, um jogo de interesses e barganhas políticas dentro da “conquista” do canal 13 e fazia parte de um modelo de relação política dos conservadores. Observa-se que, dentro da denominação boa parte dos que estavam à frente das relações políticas, também eram líderes de expressão na CBB e Convenção Batista Fluminense (CBF).

Em 1982 a Convenção Batista Brasileira (CBB) comemorava, no dia 15 de outubro, o centenário do início da inserção missionária batista no Brasil – Em 15 de outubro de 1882 era fundada a Primeira Igreja Batista (PIB) do Brasil, em Salvador, pelos casais pioneiros Willian e Ane Bagby e Zacharias e Kate Taylor, na companhia do ex-padre Antonio Teixeira de Albuquerque. Cem dias antes da data do centenário foi realizado um culto de ação de graças, pela Convenção Batista Baiana (CBBa), na PIB do Brasil por conta do dia celebrado. O culto recebeu a cobertura de importantes emissoras de rádio e Televisão. “Pastor Elias Teodoro, do Depto. De Comunicações da Convenção Batista Baiana – Setor de rádio e TV – fez a cobertura de todo o trabalho com equipes da TV Itapoã e TV Bandeirantes e entrevistas para jornais de Salvador” (grifo meu)¹⁰⁷. O mais interessante é notar que a CBBa tinha, em sua organização, um setor exclusivamente responsável pela televisão e rádio, tamanha importância e preocupação que esses tinham com o trabalho midiático dentro e fora da denominação fortalecendo a propagação dos ideais batistas.

Essa relação das comunidades batistas com os governantes na Bahia foi frequente nos anos 1980. Em artigo do *Batista Baiano*, quando relata a posse do novo pastor da Igreja Batista de Cruz das Almas, estavam presentes o prefeito e vice-prefeito da cidade. O administrador da cidade chegou a dizer, em discurso, que está se “pondo à disposição do Pastor Jonas, com as portas da Prefeitura abertas à Igreja Batista”¹⁰⁸. Essas presenças ilustres não paravam por aí. Na 57ª Assembleia da Convenção Batista Baiana, realizada na cidade de Valença, “o prefeito, Sr. João Leonardo da Silva, que na primeira noite da Assembleia convencional entrega a chave da cidade aos batistas, fez uso da palavra e manifestou sua alegria e grande satisfação pelo empreendimento”¹⁰⁹. A relação com as autoridades constituídas estava presente em todas as esferas do poder. Do governo federal ao municipal, até as forças armadas, todas tinham grande “apreço” pelos protestantes em geral, no caso específico à Denominação Batista.

¹⁰⁷ O BATISTA BAIANO, julho e agosto de 1982, p. 5.

¹⁰⁸ O BATISTA BAIANO, março de 1980, p. 1.

¹⁰⁹ O BATISTA BAIANO, julho de 1980, p. 1.

Essas “congratulações” e “disposições” dos líderes locais das cidades, nada mais eram que um reflexo dessa imagem de “povo ordeiro” e que apoiava sempre as autoridades constituídas, fruto da representação baseada no texto bíblico de Romanos 13 que diz: “Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação”¹¹⁰.

Outro fator estava em serem um grupo minoritário, o apoio de políticos de influência local daria maior força para que a Denominação pudesse fincar raízes e crescer no campo que estava sendo instalado ou onde o trabalho evangelístico já estava sendo realizado. A relação com os governantes, em qualquer âmbito que fosse, para além de uma prática bíblica vinha acompanhado de interesses proselitistas, de crescimento e de vantagens para as próprias comunidades batistas.

Liberdade Religiosa e outras questões: Reivindicações políticas dos conservadores

A posição de “povo ordeiro” foi institucionalizada pela CBB a partir das várias declarações e manifestos feitos para as autoridades constituídas. Em um documento intitulado de *Manifesto direcionado ao Pres. João Batista Figueiredo*, de 1980, registrado nos anais da 62ª Assembleia da CBB podemos ver tal comportamento explicitado no texto.

Os batistas caracterizamo-nos pela simplicidade de costumes, fidelidade às Sagradas Escrituras e, conseqüentemente, pelo respeito às autoridades constituídas, pelas quais constantemente oramos e às quais honramos, convencidas de serem elas instituídas pela providência de Deus.

Como povo ordeiro estamos perfeitamente integrados no esforço de construção da grandeza de nossa Pátria, no que estamos persuadidos que Vossa Excelência também se engaja como Chefe da Nação¹¹¹.

Fica nítido que o próprio grupo religioso e suas lideranças se enxergavam na posição de “povo ordeiro” e como se orgulhavam desta característica, pois para eles essa era, acima de tudo, uma forma de honrar à Deus. Essa disposição em favor do “bem” e a favor da

¹¹⁰ BIBLIA SAGRADA, Romanos 13: 1 e 2.

¹¹¹ ANAIS DA 62ª ASSEMBLEIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1980, p. 5.

construção de uma Pátria ordeira e bem estabelecida é reafirmada no *Manifesto do Congresso de Homens* na seção *À Pátria Brasileira*, item 4, quando declaram:

Que, como Homens Batistas Brasileiros, conscientes de sua Missão na Sociedade, como crentes e como cidadãos, proclamam sua fidelidade à Pátria, propondo-se a servi-la com amor e dignidade nos postos de trabalho que ocupam – seja na Escola, seja no Trabalho Secular, *seja na Política*, tudo em consonância com os ensinamentos eternos de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, execrados na Bíblia Sagrada¹¹².(grifo meu)

Somente nesse trecho podemos analisar duas questões interessantes. A primeira foi a declaração da *Política* como uma área de atuação do *Cristão*. Ou seja, a Denominação Batista, na década de 1980 – ou antes até –, já reconhecia a política como um campo de atuação do “crente”. Entretanto, a ideologia política seria completamente diferente da dos progressistas.

O outro aspecto é a ideia de vocação¹¹³, que foi analisada com profundidade por Max Weber em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, para além do trabalho eclesiástico onde o mundo ou o “Trabalho Secular” era um espaço onde o dom dado por Deus deveria ser posto em prática. O sociólogo alemão trabalha com o uso do termo “vocação” tanto por Lutero quanto por Calvino para analisar a relação entre o Protestantismo e a lógica do acúmulo que serve de base para as relações capitalistas. Ao momento que foi afirmado no Manifesto que os “Homens Batistas Brasileiros, conscientes de sua Missão na Sociedade, como crentes e como cidadãos” eles assumem a consciência de que a vocação dada por Deus ultrapassa os muros das comunidades e se mistura com a sociedade (o mundo), “seja na Escola, seja no Trabalho Secular, *seja na política*”. As teses de Lutero e Calvino permanecem em voga na mentalidade dos Batistas, ressignificadas no campo político e religioso brasileiro.

Mesmo diante dessas relações clientelistas é interessante notar como o discurso de não envolvimento político ainda era vigente. Aparentemente contraditório com as práticas. Em artigo do Pr. Isaltino Gomes Filho, no *Jornal Batista*, afirmou: “Sou um liberal que rejeita a tentativa de dar ao ministério de Jesus uma dimensão totalmente política”¹¹⁴. O mais intrigante, é que esse discurso data do ano de 1988, quando foi escrita a Constituição Federal atual, logo após a Constituinte, na qual o número de evangélicos no Parlamento já era significativo e os próprios membros e líderes da Denominação já enxergavam a necessidade da participação política como parte do trabalho oferecido à Cristo.

¹¹² ANAIS DA 62ª ASSEMBLEIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1980, p. 338.

¹¹³ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 2ª ed. rev. São Paulo : Cengage Learning, 2009. p. 43.

¹¹⁴ O JORNAL BATISTA, 13 de março de 1988, p. 2.

Contrariando a ideia de alguns batistas, de que a política é um campo pernicioso e que não é lícito ao “crente” se envolver com essa área temos no *Jornal Batista*, de 1986, uma nota chamada *Seminário “Os Evangélicos e a Constituinte” Mensagem aos evangélicos e ao povo brasileiro* no qual faz um manifesto onde discutia a necessidade da atuação dos evangélicos na Constituinte levando em conta a importância e expressividade que os protestantes tinham na sociedade brasileira. De acordo com o texto:

Representação política – Reconhecendo a importância e necessidade que temos de participar do processo político brasileiro, devemos empenhar-nos, na formação de líderes que se invistam desta responsabilidade, fazendo-o com a consciência de verdadeira missão a cumprir como sal da terra, luz do mundo e fermento que leveda a massa, consoante aos padrões bíblicos¹¹⁵.

É nítida a preocupação com a formação de líderes que representam os ideais bíblicos. Para além de uma formação de cidadãos esclarecidos das necessidades da sociedade eles deveriam ter conhecimento dos “padrões bíblicos”. Ou seja, era necessário formar políticos que representassem os interesses das comunidades evangélicas brasileiras. Era a tese “irmão vota em irmão”, defendida por Josué Sylvestre em seu livro que leva o mesmo nome.

Dando continuidade a nota que resume o que foi discutido no seminário sobre a Constituinte, o articulista batista enumera como deve acontecer esse processo de atuação política por parte dos evangélicos – ou mais especificamente, dos batistas.

Conscientes de que o nosso existir cristão só tem sentido enquanto *inconformação com o mundo e luta, por sua transformação, enquanto somos “sal da terra e luz do mundo”*, apontamos as seguintes dimensões para uma atuação conseqüente.

1. Conscientização – Todos os meios adequados ao nosso alcance, devem ser usados para conscientizarmos o nosso povo quanto à importância da nossa presença como cristãos na sociedade brasileira
2. Mobilização – Instrumentos precisam ser criados para viabilizarem a mobilização do nosso povo no sentido de uma ação social e política que nos leve a influenciar nossa nação
3. Missão às classes Dirigentes – À semelhança dos ministérios que temos, dirigidos às classes menos privilegiadas, carecemos também de desenvolver os esforços igualmente sérios, contínuos e consistentes para alcançarmos as classes dirigentes da nossa nação e formadoras de sua opinião.
4. Treinamento de liderança – Conscientes da carência de líderes evangélicos na sociedade brasileira, devemos investir seriamente na formação e

¹¹⁵ O JORNAL BATISTA, 12 de janeiro de 1986, p. 2.

desenvolvimento de lideranças estudantis, sindicais, políticas, educacionais etc.¹¹⁶.

Essa crítica à relação dos grupos religiosos com a política, escrita no *Jornal Batista* pelo Pr. Isaltino, relembra o discurso presente no *Batista Baiano*, de 1933, quando o periódico afirma que a boa postura do cristão é realizar seu dever cívico, mas afastando a religião da política, sempre mantendo-as em campos distintos. O trecho diz:

Desejamos que fique patente que o crente, como cidadão brasileiro, tem o privilégio, o direito e o dever de votar, de agir licitamente na escolha dos que vão ficar à frente dos destinos do seu país; *porém jamais deve unir à sua ação político-social a sua religião*. E, completamente separado de qualquer propaganda política que cheire a religião, ele se manterá na verdadeira posição em que deve estar (...). Não obstante, o cidadão cristão deve instruir aos seus irmãos quanto à melhor maneira de exercer influência como cidadão, na formação de um governo sadio para a comuna¹¹⁷.

Na mesma edição de *O Jornal Batista* criticava os evangélicos constituintes que não se preocuparam em assegurar a liberdade religiosa: “Foram 29 constituintes evangélicos que propuseram 111 emendas” sendo que “das 111 emendas, apenas uma trata da liberdade religiosa”¹¹⁸. A luta pela liberdade religiosa era uma garantia contra a Igreja Católica, antiga adversária do Protestantismo, e que no Brasil tinha uma vantagem histórica e cultural sobre a população. Esse foi o motivo pela crítica que *O Jornal Batista* dirigiu aos constituintes evangélicos. Essa ementa foi escrita pelo Deputado Aluísio Campos.

Essa postura, mais tarde, foi criticada pelos evangélicos progressistas. A participação política dos grupos conservadores, em sua maioria, não ultrapassava a crítica a um feriado ou dia santo, a construção de um templo católico, ou a simples luta histórica dos protestantes pela manutenção da liberdade religiosa, quando não atendia a interesses das comunidades, denota que sua participação estava baseada na busca pelos interesses da Denominação Batista. A formação incitada no periódico visava levantar políticos que defendessem a sociedade aos olhos da Denominação Batista. Isso pode ser notado no discurso de Guilherme Falcão, eleito vereador em 1982, pelo PMDB oriundo da Aliança Bíblica Universitária de Maceió, que afirmava:

Há uma concepção de que *o testemunho parlamentar evangélico é brigar sobre um feriado da padroeira de fulano de tal, e dar título de cidadão a alguns pastores, e nome de pastores a algumas ruas*. Nós acreditamos que uma atuação evangélica efetiva é aquela que demonstra o caráter de Deus

¹¹⁶ O JORNAL BATISTA, 12 de janeiro de 1986, p. 11.

¹¹⁷ O BATISTA BAIANO, maio de 1933 *apud*. TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 449.

¹¹⁸ O JORNAL BATISTA, 13 de março de 1988, p. 12.

*através da luta pela justiça, a liberdade, a paz e o amor, no sentido de não gerar um clima de ódio, mas sim um clima de respeito, de discussão, e um clima que leve à justiça. A nossa luta tem sido nessa linha de representar o caráter de Deus através de atos concretos, requerimentos ou projetos, que levem a uma sociedade mais justa, e não de recitar versículos sem tentar viver essa mensagem (Grifos meus)*¹¹⁹.

A postura criticada pelo Vereador Guilherme Falcão, formado em psicologia e ex-líder da ABU, é dissonante com a postura pregada pelo Pr. Isaltino Gomes Filho, pois a atuação política dos conservadores se dava, estritamente, no campo religioso. Estes só se levantavam quando algum símbolo ou garantias religiosas eram ameaçados.

A atitude de questionar e criticar leis que beneficiassem a Igreja Católica era comum aos batistas da Convenção Batista Brasileira e Baiana. Podemos ver em artigos várias críticas a ajudas financeiras e a feriados destinados ao culto público de santos do catolicismo. Um exemplo a ser citado, nos anos 1980, foi o feriado de Nossa Senhora de Aparecida, promulgado no dia 12 de outubro. Com o título de “O feriado de Aparecida” o Pr. José Reis Pereira disse: “O povo brasileiro não-católico viu-se violentado em sua consciência e sentimento de religiosidade com a instituição do culto ‘público e oficial’ à Nossa Senhora Aparecida. Além de discriminatória, a mencionada lei colide, de modo alarmante, com dispositivos claros e contestáveis de nossa Magna Carta”¹²⁰.

A Constituição, desde o início do século XX, sempre foi reivindicada pelas denominações protestantes quando estas se sentiam ameaçadas pelas facilidades e benesses que a Igreja Católica recebia, constantemente, do Estado. Como sabemos, esse feriado foi legitimado e passou a vigorar. No primeiro mês em que o feriado entrou em vigor, mais uma vez, o articulista atacou o Governo brasileiro pela posição de promover esse feriado à Igreja Católica, usando sempre a Constituição, que garante a separação entre Igreja e Estado e a laicidade do mesmo, para condenar esta postura. Entretanto, a separação entre Igreja e Estado terminava quando estes buscavam apoio dos governantes para manter seus interesses denominacionais. De acordo com o periódico batista:

Compreende-se essa reação: Com o feriado o governo brasileiro assumiu posição sectarista, favoreceu um culto tipicamente idolátrico, tomou partido em favor de uma determinada religião (...) De passagem alguém me disse que os católicos macumbeiros estão felizes porque na umbanda há correspondente à Aparecida que assim, no dia 12 de outubro, terá também suas homenagens nos milhares de terreiros espalhados pelo Brasil (...) Ora as

¹¹⁹ QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957 – 1981)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2011. p. 75, 76.

¹²⁰ O JORNAL BATISTA, 31 de agosto de 1980, p. 3

instituições evangélicas como Seminários, Colégios, Escolas, Casa Publicadora não deveriam ser forçados a fechar as portas num dia caracteristicamente de Festa Católica (...) É preciso que o Congresso sinta o peso de nosso repúdio a essa tentativa de atrelar o Estado à Igreja Católica, *contrariando assim a nossa tradição constitucional republicana* (...) A conclusão, pois, é a mesma de tantas vezes. Cerremos fileiras em torno da bandeira “Só Jesus Cristo Salva” e prossigamos sem máguas e azedume mas com muito amor nessa guerra incruenta para ganhar nossa Pátria (grifo meu)¹²¹.

Outro exemplo, na Bahia, mais precisamente na região de Alagados em Salvador, foi a construção do Templo para a Nossa Senhora dos Alagados, quando houve a visita do Papa João Paulo II no ano de 1980. O interessante é que o articulista, Pr. José Heleno, mostra a Denominação Batista como ordeira ante as “desordens” causadas pela Igreja Católica enquanto a segunda é, justamente, quem mais recebe apoios financeiros do Governo.

Fui testemunha de que católicos esclarecidos estavam revoltados com a soma que se está gastando naquela obra. Quantas dificuldades os evangélicos têm para adquirir um pedaço de chão para construir seus modestos templos com recursos do povo fiel a Deus. Mas Roma recebe tudo na bandeja. Fala mal do governo, estimula greves, promove assembléias e ainda é contemplada com polpudas verbas, dinheiro do povo para aumentar seu patrimônio¹²².

Podemos notar, nas palavras do articulista, que um dos motivos reais para a obediência às autoridades vigentes seria, justamente, mostrar a postura de “bons cidadãos” dignos do olhar “benevolente” do Estado a fim de dar visibilidade para a denominação.

¹²¹ O JORNAL BATISTA, 05 de outubro de 1982, p. 3.

¹²² O BATISTA BAIANO, junho de 1980, p. 2.

Capítulo 3 – O Retorno dos Progressistas: um velho novo discurso.

O período dos anos 1980 foi marcado pela intensa movimentação política de vários setores da sociedade brasileira. Após a Constituinte a visibilidade dos batistas e de outros grupos evangélicos aumentou e muito nos espaços políticos; a participação e conscientização política também. Membros dos arraiais batistas se lançaram candidatos na Bahia.

Essa atmosfera política da sociedade se mostra bem forte nas comunidades protestantes o que provocou a criação de representações do imaginário protestante sobre quais partidos de esquerda seriam os mais e os menos “santos” fruto de uma visão maniqueísta que separa a sociedade em bem e mal. Robinson Cavalcanti, bispo anglicano, atuante na política nacional e nos movimentos ecumênicos fundador da Fraternidade Teológica Latino-Americana (FTL), atuante na Aliança Bíblica Universitária (ABU) como assessor e um dos fundadores do Movimento Evangélico Progressista (MEP), deixou claro isso em sua obra:

Muitos evangélicos têm sido tocados por essa atmosfera. *Aderir à política está certo, mas desde que pela esquerda.* Na hora da opção partidária a escolha recai sobre aquela agremiação, que mais se adequa à sua antiga estrutura mental religiosa: um partido sectário, purista e maniqueísta, cujos integrantes se sentem “os bons”, “os salvos”, vendo no PDS “o homem natural”, “o homem caído e não regenerado”, e no que chamam de “capitalismo” identificam “o pecado” e “o mundo” (...) E assim por diante, prosseguem em seu zelo missionário, a decretar a predestinação dos pobres (o que os exclui), ameaçando a burguesia com o fogo dos infernos (e outros fogos anteriores), exorcizando os “maus espíritos” da classe média (o que os inclui). *Poucos estão conscientes que tiveram as suas cabeças feitas pelos amigos trotskistas e outros “missionários” (alguns “congregados” ao PMDB) e que pela enésima vez os cristãos estão a trocar um “reboquismo” por outro.* (grifos meus)¹²³

Podemos notar a mudança na figura de linguagem, nos discursos e no imaginário, porém, o autor atesta que a postura de santificar uma área da política como a que leva a mensagem divina e, dentro dos vários partidos, quais os mais e menos “santos” continua, na essência, a mesma.

A crítica de Cavalcanti está na postura de alguns setores protestantes em terem feito uma reconstituição, nos partidos de esquerda, das mesmas construções mentais de outrora,

¹²³ CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo, Nascente, 1985. p. 220.

recriando as mesmas alusões aos “bons”, “salvos”, “pecado”, “mundo”, “maus espíritos” e outros traços do imaginário cristão. De todo jeito eles faziam o mesmo tipo de leitura – satanizando agora não mais os partidos de esquerda, e sim os de direita e dentro da própria esquerda hierarquizando a “santidade” da mensagem ideológica de cada um. Outro fator é como eles transferiram suas representações, que tinham sobre a direita – fazendo alusões à condição pecaminosa do homem e da luta pelo pecado à posição ideológica do partido – agora com os partidos de esquerda. Essa transferência ficou nítida no trecho do texto de Robinson Cavalcanti quando este diz que os cristãos estão substituindo uma postura política por outra.

Entretanto Zózimo Trabuco (2015) em sua tese *“À direita de Deus, à esquerda do povo”*: *Protestantismos, esquerdas e minorias em tempos de ditadura e democracia (1974 – 1995)*, ao tratar a construção dos movimentos progressistas protestantes e a relação destes com os partidos de esquerda, assim como os debates sobre feminismo, a questão no negro, a homossexualidade, dentre outras grandes pautas destoava do discurso conservador e clientelista que a Convenção – e consideramos aqui a fala dos setores conservadores – trazia tanto nas suas reivindicações, quanto nos espaços conquistados por esses.

Ao tratar da relação de jovens progressistas que aderiram aos partidos que eram de esquerda, nos deparamos com Agostinho Muniz, que fez parte da dissidência da Igreja Batista Dois de Julho que culminou na formação da Igreja Batista de Nazareth, atuante até hoje, dentro de uma linha teológica progressista. Este fazia parte da Ação Popular (AP) e da Ação Popular Marxista Leninista (APML)¹²⁴. Durante a década de 1960 houveram dissidências dentro da esquerda, antes que o Ato Inconstitucional Nº 5 de 1968 entrasse em vigor, e que direta ou indiretamente pegaram em armas. Já nesse período os grupos de esquerda eram analisados conforme a sua proposta para uma libertação nacional. De acordo com Zózimo Trabuco: “os questionamentos eram: 1) se a revolução seria imediatamente socialista ou passaria por uma etapa nacional e popular, 2) seria alcançada através da luta armada ou pela mobilização de massas, 3) seria conduzida por um partido leninista ou por uma vanguarda guerrilheira.¹²⁵”.

De acordo com Luciane Almeida (2011), ao se reportar a Agostinho Muniz e a ação dos Jovens Progressistas nas comunidades batistas :

¹²⁴ TRABUCO, Zózimo Antonio Passos. *“À direita de Deus, à esquerda do povo”*: *Protestantismos, esquerdas e minorias em tempos de ditadura e democracia (1974 - 1995)*. 419 f. Rio de Janeiro, 2015. p. 142

¹²⁵ *Idem*. p. 140.

É importante dizer que esses jovens batistas eram os grandes responsáveis pela articulação da ACA (Associação Cristã de Acadêmicos) na Bahia que, segundo Agostinho Muniz – jornalista, ex-membro da Igreja Batista Dois de Julho, congregava jovens de várias igrejas, mas preponderantemente da Igreja Batista de São. Ainda segundo o jornalista, a partir de 1962, esse grupo ligou-se ao movimento de teatro da Bahia – que adotava características similares as do Teatro de Arena criado em São Paulo – chegando a encenar peças a peça *Os Fuzis da Senhora Carrar* na concha acústica do Teatro Castro Alves¹²⁶.

Foi sob a liderança de Agostinho Muniz que a juventude da Igreja Batista Dois de Julho, no período presidida pelo Pastor Ebenezer Cavalcanti foi expulsa da comunidade. De acordo com Elizete da Silva (2011):

Na década de 1960 a juventude da Igreja Batista Dois de Julho, em Salvador, liderada pelo jovem universitário Agostinho Muniz, ousou desafiar as concepções doutrinárias e políticas conservadoras do seu Pastor Ebenezer Cavalcanti declarando-se ecumenista e contrário à dominação norte-americana no País e na Igreja. O grupo foi expulso da Igreja Batista Dois de Julho porque começou a contestar a convivência das igrejas evangélicas com a Ditadura Militar e a desunião entre as igrejas. Os jovens ecumenistas eram chamados de comunistas ‘cor de rosa’ pelo pastor Ebenezer¹²⁷

Essa juventude já trazia para as comunidades batistas os debates pertinentes aos movimentos de esquerda e de contestação do Regime Civil Militar. Estes seriam o embrião para as movimentações e discussões políticas nos anos 1980 que culminaram na formação do Movimento Evangélico Progressista. Tarcísio Guimarães (2002) escreveu em artigo sobre a trajetória política dos batistas em Feira de Santana destacando dois indivíduos que foram eleitos, nos anos 1990, para o cargo de Deputado Federal. Ele afirmou:

Dois nomes receberam manifestação de apoios dos batistas baianos, e no seio das Igrejas Batistas de Feira de Santana na década de 1990, quais sejam: Walter Pinheiro (PT) e Gerson Gabrielli (PFL), ambos membros de Igrejas arroladas no rol cooperativo da Convenção Batista Baiana, e que se toranaram deputados federais, compondo a gama de evangélicos no Congresso Nacional¹²⁸

Esses dois nomes representam as duas alas presentes na Denominação: Walter Pinheiro representava a ala progressista, alinhado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e que fazia severa oposição ao Regime Militar; Gerson Gabrielli, por sua vez, fazia parte de um partido de direita, o Partido da Frente Liberal (PFL) – que era liderado por Antonio Carlos

¹²⁶ ALMEIDA, Luciane 2011 *op. cit.* p. 128.

¹²⁷ SILVA, Elizete 2011, *op.cit* p. 40 e 41.

¹²⁸ GUIMARÃES, 2002 *op.cit.* p. 38.

Magalhães, maior representante da direita baiana – e que se alinhava ao comportamento conservador da Denominação Batista.

“Trabalhar em uma linha progressista”: a formação do Movimento Evangélico Progressista (MEP)

Nesse mesmo período houve um ressurgimento dos grupos progressistas que permeavam a Denominação Batista durante as décadas de 1960 e 1970 que viram na política de reabertura e no processo de avanço das esquerdas uma chance de voltarem a ter voz. A política nacional foi marcada por uma crescente entrada de indivíduos de diversas denominações protestantes em cargos e partidos políticos. Esse período se caracterizou por uma crescente legitimação do campo político como uma esfera pertinente para a missão dos variados grupos protestantes, como uma parte do trabalho evangelístico “neste mundo”.

A conjuntura dos anos 1980 colocou para as igrejas protestantes a questão da legitimidade política como esfera de pertinência de sua missão. Saindo do período autoritário como um dos segmentos mais conformistas da sociedade, um fiel aliado do regime (ou aquiescendo silenciosamente a este), essas igrejas se viram, no entanto, diante das pressões oriundas do apoio crescente ao movimento de resistência democrática, especialmente entre jovens estudantes, profissionais liberais e pastores. Além do mais, as igrejas tiveram de responder a tal questão em meio a outros atores políticos, com o Estado, os partidos políticos, e as formas emergentes de ação coletiva (novo sindicalismo e movimentos sociais).¹²⁹ (grifos meus)

Temos o registro de protestantes, nas décadas de 1980 e 1990, que se candidataram a cargos políticos estaduais e municipais. A mudança no comportamento desse grupo foi a filiação a partidos que seguiam uma linha socialista e esquerdista, que foram duramente criticados e perseguidos durante a Ditadura Militar e que passaram a ter, não só o apoio, mas a participação direta de evangélicos. De acordo com Ziel Machado essa participação dos evangélicos na política partidária é fruto da Teologia da Missão Integral. Este era o chamado “modelo encarnacional”, que criava um conceito de santidade ligado ao exemplo de Cristo.

¹²⁹BURITY, Joanildo. *Religião e democratização no Brasil: reflexões sobre os anos 80*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 9.

Abandonado a postura histórica de não envolvimento, um segmento da igreja evangélica brasileira passou a atuar politicamente com maior intencionalidade, aproximando-se das propostas defendidas pelo campo democrático popular e formando uma *nova esquerda confessante*. Estes grupos se apresentavam como sendo portadores de uma compreensão teológica de seu lugar no mundo expressa no seu conceito de Teologia da Missão Integral, nas quais *mantinham uma confissão teológica evangélica conservadora, aliada a um discurso político considerado, naquele momento, como progressista* (Grifos meus)¹³⁰

De acordo com Lyndon Santos:

O período das décadas de 60 e 80 do século passado para o contexto evangélico representou profundas mudanças na sua configuração religiosa e institucional. As décadas da redemocratização traziam para a experiência evangélica oportunidades de expansão numérica e institucional, a afirmação das identidades denominacionais, a criação de uma entidade representativa frente à Sociedade e ao Estado (Confederação Evangélica do Brasil – CEB) e a formação de uma intelectualidade própria e ecumênica.¹³¹

O Congresso Brasileiro de Evangelização (CBE – 83) foi o um dos fatores que propiciou o surgimento de dois movimentos evangélicos o Movimento Evangélico Progressista (MEP) e a Associação Evangélica Brasileira (AEVB).

O CBE, além de influenciar a agenda da igreja evangélica brasileira, serviu para dar maior visibilidade a toda uma nova geração de líderes *evangelicais*, dentre os quais se encontram aqueles que, posteriormente, estiveram comprometidos com a *militância política em sindicatos, partidos políticos, movimentos estudantis e comunitários, e na formação da Associação Evangélica Brasileira (AEVB) e do Movimento Evangélico Progressista (MEP)* (Grifos meus)¹³²

O MEP se consolidou em 1990 como fruto de uma articulação da esquerda confessante e grupos progressistas de atuação política. Foram organizados dois fóruns de debates (1991 e 1993), que contaram com o apoio e participação de líderes de renome da política nacional. Em 1995 foi realizado seu primeiro encontro nacional, porém, foi organizado institucionalmente em 1997¹³³, no III CONMEP – Congresso Nacional do Movimento Evangélico Progressista, em 6 de julho de 1997. De acordo com o seu Estatuto: “Art. 1º - O Movimento Evangélico Progressista, doravante denominado nesse estatuto de MEP é uma associação civil, sem fins lucrativos, de cristãos evangélicos comprometidos com

¹³⁰ MACHADO, 2011 *op.cit.* p. 10

¹³¹ SANTOS, Lyndon 2008 *op.cit.* p. 182

¹³² MACHADO, 2011 *op. cit.*, p. 59

¹³³ O MEP foi institucionalizado no ano de 1997, compreende-se institucionalização como a formação de um corpo administrativo, com estatuto e normas. Entretanto, mediante fontes, a organização intelectual e ativa do grupo data dos anos 1980, mais precisamente pós-CBE de 1983.

um projeto de ação político-social da perspectiva da ética cristã, fundado em 6 de julho de 1997.”¹³⁴

Em entrevista realizada com o Pr. Edson Gama, professor do Seminário Batista do Nordeste, em Feira de Santana, este coloca o MEP, especialmente, como um grupo de políticos evangélicos que, vendo a necessidade de se unirem em torno de um ideal comum – as doutrinas que seguiam -, antes de se juntarem enquanto um grupo político eram um grupo de evangélicos que se uniam para reforçar o pensamento evangélico na Câmara Parlamentar. Eram evangélicos unidos por um ideal político.

Eles começaram no governo FHC (...) quando eles começaram a funcionar como um grupo de políticos evangélicos ai eles formaram uma entidade. Dai alguns anos eles partiram para registrar com o nome de MEP. Primeiro eles começaram a se reunir, a ter momentos de oração, momentos de conversa, para que o pensamento evangélico na Câmara fosse, mais ou menos, unido, eles não ficassem pensando cada um sozinho (...). Depois disso, eles organizaram um encontro, esse encontro era informal, ai além de estarem juntos informalmente, para orar, era preciso ter uma organização representando, na câmara e no Senado, o movimento evangélico, ai que criaram o MEP - Movimento Evangélico Progressista. Na realidade o MEP tem uma ideia progressista, mas ele é suprapartidário, ele não é partido.¹³⁵

A partir daí, podemos observar que o MEP, assim como a ABU, antes de serem grupos de políticos, era um grupo de evangélicos e tinham o objetivo de serem grupos para debates de ideias políticas. Este grupo tinha como objetivo reunir protestantes inseridos em partidos políticos de esquerda e que tinha como meta fazer uma profunda mudança no regime político do período, reacendendo a chama democrática no Brasil. O termo esquerda, na pesquisa, vem destacar um posicionamento de oposição à ideologia do conservadorismo político dos grandes partidos que formaram a ARENA e tiveram, por anos, o poder e o apoio das elites.

Os termos esquerda/direita eram muito fortes no período, haja em vista que a política brasileira estava saindo de um período ditatorial, onde recentemente o bipartidarismo (ARENA/MDB) tinha sido abolido, dando espaço para a pluralidade partidária e os termos eram o único modo de garantir uma identidade ideológica para os partidos que se alinhavam ou não à ideologia do governo. Hoje em dia esses termos estão em desuso, haja vista a presença do PT no governo federal. Esse objetivo de reunir os protestantes “de esquerda” é afirmada pelo Senador Walter Pinheiro, do PT, um dos fundadores do movimento.

¹³⁴ ESTATUDO DO MEP, acessado no dia 09 de dezembro de 2011.

¹³⁵ Entrevista concedida ao autor por Edson Gama em sua residência, no Seminário Batista do Nordeste (STBNe), no dia 26 de agosto de 2011

Esses conflitos permitiram a gente, exatamente, criar um movimento no Brasil que depois resultou no MEP (Movimento dos Evangélicos Progressistas), *pensando em juntar todo mundo que estava em partidos de esquerda, em partido que negava o regime atual*, buscavam um processo de consolidação democrática no Brasil e que achava que nossa participação, em conhecendo a verdade, teria que se dar dessa mesma forma intensa. (Grifos meus)¹³⁶

O objetivo principal do movimento era conscientizar os cristãos da necessidade de uma participação política verdadeira, não mais a relação clientelista comum aos protestantes do período, onde os políticos se levantavam em favor dos interesses particulares da igreja, mas como cidadãos conscientes da importância da cobrança de uma política democrática e justa para todos os setores da sociedade. Para os progressistas, a participação política do cristão deveria girar em torno das necessidades da sociedade e com maior intensidade para os menos favorecidos e os injustiçados, pois as antigas formas de clientelismo político não se alinhavam à missão de Cristo.

Art. 3º - São Finalidades do MEP

I – Mobilizar membros de Igrejas evangélicas para defender os princípios éticos do Evangelho na política e zelar para que sejam respeitados;

II – Pronunciar-se e posicionar-se em nome de seus membros sobre fatos relevantes da vida nacional, exercendo deste modo ação pastoral, reflexão teológica, diaconia e ministério profético, denunciando iniquidades sociais, violações aos direitos humanos e ao meio ambiente;

III – Contribuir ativamente para viabilizar as demandas sociais que o país necessita;

IV – Contribuir para a formação integral de seus membros e, por instrumentalidade destes, das Organizações de que façam parte, visando sua conscientização e capacitação para o exercício da plena cidadania e da *missão integral* da igreja;

V – Busca da unidade da família evangélica e cristã juntamente com outras organizações em torno desses ideais;

VI – Articular e organizar em nível nacional, um movimento de conscientização e ação visando a participação plena dos evangélicos na vida política do país.¹³⁷

Para o grupo, a função dos evangélicos era zelar não só pela alma dos indivíduos e interceder pela sociedade, mas serem agentes ativos e transformadores desta. Não ficariam no simples papel de intercessores (orações), mas seriam agentes protagonistas das lutas sociais.

¹³⁶ Entrevista concedida ao autor pelo Senador Walter Pinheiro em Encontro de Casais, na Igreja Batista Avenida, no dia 18 de setembro de 2011.

¹³⁷ ESTATUDO DO MEP, acessado no dia 09 de dezembro de 2011.

Os integrantes do MEP, de acordo com Walter Pinheiro, atual Secretário de Educação da Bahia, tinham um interesse específico enquanto políticos evangélicos na década de 1980. Muitos políticos protestantes faziam de suas igrejas – comunidades em que eram, em sua maioria, líderes – de currais eleitorais propriamente ditos, o que fez com que a bancada evangélica ficasse conhecida como “a que troca voto por favores”. Essa relação clientelista, não tinha começado ali; é uma relação muito mais antiga, que caracterizou a presença protestante, durante décadas, na política nacional. No discurso de Pinheiro, ele condenou esse comportamento.

Pra mudar as regras lá fora, você tinha de levar os ensinamentos do Cristianismo pra (...) aplicar na política: falar a verdade, não se corromper, denunciar o que tá havendo de errado, se permitir a um processo de modificação das estruturas, então, portanto (...) elementos esses (...) que estão contidos nos ensinamentos de Cristo, entendeu? Então isso era um combustível que a gente avaliava que era importante. E outra, que numa fase mais adiante depois de MEP já consolidado nós começamos a enfrentar um problema sério no Brasil que era *o comportamento de alguns parlamentares ditos evangélicos*. Nós tivemos depois da bancada evangélica na constituição que saiu como a "bancada que trocava seu voto por favores", então *nós entramos num processo de desconstruir esse tipo de imagem e construir uma imagem, ou melhor, construindo verdadeiramente uma participação de evangélicos que se descolassem completamente dessa estrutura.*¹³⁸ (grifos meus)

Depois das eleições de 1994, a presença evangélica cresceu de tal forma que chegaram a formar uma bancada parlamentar composta somente por evangélicos. Pelas palavras do Senador Pinheiro a bancada era formada por protestantes de vários partidos e que não estavam, em sua maioria, alinhados ideologicamente. Isso aparentou ser o fator culminante da desestruturação dessa bancada e a formação, pelos progressistas evangélicos, de uma frente parlamentar com o objetivo de discutir os problemas sociais que dessem retorno à sociedade em geral, não especificamente aos grupos e comunidades protestantes, como era comum em alguns segmentos do protestantismo.

Eu ainda peguei uma parte da bancada evangélica em 1997 a nível nacional... a bancada na câmara, depois nós propusemos acabar com a bancada evangélica e constituir uma frente parlamentar como outra qualquer. Uma frente parlamentar que discute cidade, uma frente parlamentar que discute é... sei lá, estradas, que discute qualquer outra coisa. *E discutir isso não como favorecer uma igreja, mas como uma frente parlamentar, você discutir temas que interessam a sociedade usando o cristianismo como base de orientação, portanto, como comportamento de vida.* Então eu acho que essa foi uma outra grande vitória pra gente e mostrando que não dava pra ter isso, esse

¹³⁸ Entrevista concedida ao autor pelo Senador Walter Pinheiro em Encontro de Casais, na Igreja Batista Avenida, no dia 18 de setembro de 2011.

comportamento de usar o Evangelho como instrumento de barganha.¹³⁹
(grifos meus)

Lembrando que o MEP foi institucionalizado no mesmo ano, como foi visto, anteriormente, em seu Estatuto, a principal luta dos evangélicos progressistas, no parlamento, era desconstruir a imagem do protestante como corrupto na política, como o que a utilizava somente para garantir os interesses dos grupos religiosos em detrimento das necessidades da sociedade.

No livro escrito por Robinson Cavalcanti, Bispo Anglicano, em 1985, *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica*, ele afirmava que era inadmissível para o cristão estar longe dos assuntos políticos do seu País. Este autor foi um dos fundadores do Movimento Evangélico Progressista, um dos coordenadores nacionais da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB) e um dos representantes evangélicos da primeira campanha pró-Lula, em 1989. Esse pensamento era uma das bases de ação do MEP. O autor opinava que:

Sendo a atividade política algo necessário, válido e digno, os *crístãos esclarecidos, devem se fazer presentes*, interessados em gerir a coisa pública (res publica), *não só para assegurar o seu direito e cumprir suas obrigações* (e os de sua família, sua igreja, de sua categoria profissional, etc.), mas para permeá-la de valores que redundem em um maior benefício para todos e cada um. É o que a Bíblia nos ensina e a História atesta.¹⁴⁰ (grifos meus)

A apatia dos protestantes com a esfera política foi tema de debate do Encontro Sobre Responsabilidade Social Cristã em Jarabacoa, em 1983. Na declaração do encontro isso é “reconhecido e lamentado”:

Reconhecemos e lamentamos a generalizada apatia e indiferença do povo evangélico latino-americano a propósito das realidades sociais e políticas de nossos países. Estamos conscientes de que diversas razões concorrem para essa apatia e indiferença. Não obstante, identificamos um interesse recente a respeito desses assuntos como evidente ação do Espírito Santo, pelo qual o dito interesse deve ser aprofundado e aumentado. *O diálogo criativo e a reflexão desenvolvidos no nosso encontro nos chamaram uma vez mais a nos responsabilizarmos no campo político, não apesar da nossa fé, mas por causa dela.*¹⁴¹ (grifo meu)

Podemos notar na declaração a preocupação que existia acerca da omissão frente as realidades sociais, uma causa como uma “ação do Espírito Santo”, o despertar do interesse de

¹³⁹ Entrevista concedida ao autor pelo Senador Walter Pinheiro em Encontro de Casais, na Igreja Batista Avenida, no dia 18 de setembro de 2011.

¹⁴⁰ CAVALCANTI, *op. cit.*, p. 20

¹⁴¹ DECLARAÇÃO DE JARABACOA, *apud.* MACHADO, *op. cit.*, p. 47

diversos setores do Protestantismo Brasileiro pelas “realidades sociais e políticas” dos países latino-americanos. Como também é nítida a idéia que o grupo tinha ciência que sua função era a de responsáveis pela conscientização política entre os evangélicos. Para além de um trabalho político era uma missão de fé e “por causa dela”. Ao analisar a entrevista Walter Pinheiro veremos, constantemente, a ideia de trabalho ligado a posição de fé.

A discriminação com os protestantes que tinham um envolvimento partidário na política era fruto de um processo histórico da formação da identidade dos grupos evangélicos, porém, deveria ser questionada. Ao considerar a política mundana, Cavalcanti diz que “entregamos, de mão beijada o ‘filé do mundo’ a Satanás”¹⁴² o que se caracteriza como uma desvantagem para os grupos protestantes na sua visão salvacionista e coloca a política como a melhor área para o trabalho cristão, área essa que foi satanizada por décadas. Semelhante aos conservadores, para os progressistas a política era um campo para a salvação em Cristo. É lá que seus valores deveriam ser perpetuados. A diferença constava, apenas, na postura política defendida por cada grupo.

Esse preconceito pode ser visto no discurso de Walter Pinheiro, quando relatou as suas lutas na juventude, o início do seu trabalho dentro do PT e sua vivência na comunidade batista em Salvador onde era membro:

eu comecei a viver com outro drama: ai foi a fase de fundação do PT, final da década de 70 início dos anos 80, onde dentro do PT eu comecei a viver um período inusitado, né? *O PT me discriminava por eu ter uma opção de fé e a minha igreja me discriminava por eu ter uma opção política.* Então, essa contradição ia cada vez mais crescendo ao ponto de todo mundo chegar na igreja, chegar pra minha mãe e dizer: 'olhe, seu filho tá num partido que é do diabo' e dentro do PT o pessoal dizia: 'Ah! Você tá vindo pra cá, aqui ninguém crê em Jesus, nem negócio de Deus'. (Grifos meus)¹⁴³

Esse preconceito não era apenas da Denominação Batista para ele, por causa de sua “opção política”, mas também vinha do partido para com sua “opção de fé”. Ou seja, os evangelicos progressistas sofriam com o preconceito de ambos os campos – religioso e político – justamente por sua postura ferir, em alguns aspectos, a ideologia da Denominação e do Partido, daí os progressistas viviam na fronteira da ideologia política x tradição religiosa. De acordo com Ziel Machado:

¹⁴² CAVALCANTI, *op. cit.*, p. 16

¹⁴³ Entrevista concedida ao autor pelo Senador Walter Pinheiro em Encontro de Casais, na Igreja Batista Avenida, no dia 18 de setembro de 2011.

Devido à história das relações entre religiosos e esquerdas, mais especificamente entre evangélicos, católicos e partidos de esquerda no Brasil, algumas tensões permanecem. Como exemplo, temos a situação do fiel evangélico militante na esquerda, que é visto por sua comunidade como “pouco espiritual” e em seu partido como “pouco ideológico”.¹⁴⁴

Um fator a ser ressaltado foi a forte presença dos integrantes do MEP e da ABU, em sua maioria, dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), onde estavam à frente dos Comitês Evangélicos pró-Lula. No texto de Machado, podemos ter um panorama mais claro da formação da influência desses comitês na campanha de Lula, em 1989.

Foram organizados 17 comitês de apoio e estabelecidos contratos para a formação de mais cinco. Apesar do pouco espaço que conseguiram dentro do Partido, a mobilização chamou a atenção de outros líderes. (...) Estes comitês proporcionaram o surgimento de iniciativas inéditas, tais como: *as 13 propostas do governo Lula para as confissões, instituições e comunidades religiosas*; a carta de Lula aos evangélicos; a circulação de cartilhas populares; uma mala direta para pastores e líderes, desfazendo boatos e estimulando a formação de novos comitês¹⁴⁵ (grifo meu).

Salvador, inclusive, foi um dos pontos de atuação desses comitês pró-Lula. Na capital baiana a organização foi liderada por Walter Pinheiro e Pedro Rocha, ambos ex-abeuenses, integrantes do MEP e ativos na política da cidade.

Aliança Bíblica Universitária: progressismo na academia

O interior da Denominação Batista, assim como em outros grupos protestantes, refletiam o quadro político da sociedade. Os grupos conservadores viram, no início do governo repressor e conservador a chance de “calar” movimentos progressistas e ecumênicos no interior de suas comunidades, o que pode ser observado quanto às mudanças que ocorreram dentro da Confederação Evangélica do Brasil (CEB).

A deflagração do golpe de estado contra o governo João Goulart dotou os círculos mais conservadores do protestantismo do Brasil de circunstâncias excepcionalmente favoráveis para um ajuste de conta com as tendências renovadoras. (...) Foram também atingidos órgãos interdenominacionais como a CEB e a União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB), resultando na dissolução da Comissão Igreja e Sociedade, responsável pela estruturação da IV Conferência, e na marginalização institucional da UCEB. Era o final

¹⁴⁴ MACHADO, *op. cit.*, p. 80.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 84 – 86.

de uma época na trajetória do protestantismo brasileiro e o início de novos dias à sombra de um poder político ditatorial em processo de consolidação.¹⁴⁶

Durante o Regime Civil Militar, esses grupos progressistas ficaram “a mercê” do interesse e das ligações políticas que os conservadores conquistaram durante o período. A União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB) era formada por secundaristas e universitários evangélicos que tinham uma visão política e revolucionária de ação cristã. Com o início do Regime Militar, esta vai ser desarticulada, chegando a ser extinta.

Existiam no Brasil, nos meios universitários, grupos paraeclesiais – não dependentes de denominações e supradenominações, chegando a ter uma postura ecumênica, a exemplo da Aliança Bíblica Universitária (ABU) que teve Católicos em sua diretoria – formados por estudantes evangélicos unidos para discutir questões sociais, ler a Bíblia e manter a unidade dentro dos redutos acadêmicos, onde constantemente sofriam críticas e perseguições do academicismo universitário. Com a deflagração do Golpe Civil Militar, maioria desses grupos como a União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB) e a Associação Cristã Acadêmica (ACA) foram extintos, por terem um posicionamento mais politizado, passando a ter espaço grupos mais bíblicistas e menos preocupados com os problemas sociais e políticos do período.

Esses dois grupos citados foram formados nos anos 1950, no bojo da efervescência política brasileira pós-lufada democrática que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1946. A chamada dos grupos estudantis era para um diálogo entre o comunismo e a fé cristã o que causou muitos debates acerca dessa relação. Uns grupos viam o combate ao comunismo como uma luta sem razão, pois em uma autocrítica do jornal metodista, *Expositor Cristão*, afirmavam que “o que condenamos na ideologia comunista está sendo praticado diariamente na vida dos povos que se dizem democratas e cristãos. (...) Nossa pregação democrata e cristã está desmoralizada pelo nosso modo de viver ditatorial e pagão”. Fazia alusão ao alinhamento da postura dos evangélicos ao Regime Militar.

Por outro lado, alguns buscavam alertar acerca do perigo do comunismo e o acusava de ser uma “promessa perniciosa de autocorreção humana”. Ao mostrar o comunismo como uma ação do homem para o homem mostra esse como falho. O Pr. Primitivo de Souza, levantando a opinião da Denominação Batista afirmava que “não serão os princípios

¹⁴⁶ FERREIRA, 2010 *op. cit.*, p. 86

filosóficos humanos, por certo, que irão solucionar tais problemas, mas um decidido retorno dos homens a Deus”.¹⁴⁷

A UCEB se mostrava muito preocupada com as questões sociais e tinha uma leitura bíblica progressista do mundo. Mantinham, também, laços ecumênicos com estudantes católicos do mundo acadêmico. Pelo fato desses grupos estudantis não estarem debaixo da autoridade de nenhuma denominação, as comunidades evangélicas, em geral, não apoiavam a entrada dos estudantes nesses grupos. Sobre a postura da UCEB Quadros afirma:

A UCEB adotou como paradigma de atuação a *identificação com o mundo*. Tal princípio de ação era próximo ao assumido pela JUC (Juventude Universitária Católica), também no início dos anos 1960. (...) O testemunho deveria ser pautado, agora, pelo enfrentamento dos problemas contemporâneos da sociedade (...) A relação entre a UCEB e as igrejas se tornou mais tensa. Os grupos evangélicos estudantis não podiam ser controlados pelos pastores ou por alguma instituição eclesiástica. Eles eram autônomos, leigos, intelectualizados e críticos.¹⁴⁸

A única organização ativa seria a Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB), que na Ditadura, por ter uma postura menos politizada e mais bíblicista, passou a ser a única instância a não ter suas atividades encerradas. De acordo com Quadros “Depois de instalada a ditadura militar, a UCEB tentou manter-se ainda por dois anos, mas seus participantes terminaram por dispersar-se. A JUC também foi esfacelada nessa conjuntura pós-1964. Em 1966 a CNBB decretou oficialmente a extinção do movimento. A ABUB tornou-se o único movimento nacional a trabalhar com a articulação entre a vida estudantil e a vida religiosa”.¹⁴⁹

A posterior entrada de ex-integrantes da UCEB e da ACA, que tinham uma postura política e progressista bem mais acentuada do que a bíblicista observada na ação da ABU, tentaram influenciar, sobremaneira, a visão dos integrantes da Aliança sobre a leitura bíblica e sobre a vida cristã e a ação do cristão na sociedade. Os ex-participantes da UCEB formaram, dentro da ABU, um movimento chamado Movimento Colegial de Estudantes Cristãos (MOCEC), que tinha como intenção modificar as Bases de Fé da ABU e retirar o nome “bíblica” do nome da Aliança. Essa postura teve efeito inverso e fez com que a Aliança Bíblica entrasse mais ainda no ostracismo político se afastando, pelo menos do período ditatorial, das questões políticas assumindo a postura padrão do protestantismo brasileiro.

¹⁴⁷ QUADROS, 2011 *op. cit.* p. 33

¹⁴⁸ *Idem*, p. 35

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 50

A relação com os estudantes secundaristas e a presença de líderes neopentecostais pouco politizados como Neuza Itioka e outros fez com que a visão bíblicista se fortalecesse de tal modo que muitos ex-integrantes, ao saírem das universidades, procuravam manter o vínculo com a Aliança e a continuar com o trabalho missionário. Porém, a ABU não manteve essa postura por muito tempo. Com a observância dos efeitos sociais do Regime Militar, preocupado com uma política de desenvolvimento elitista, um setor passou a ter maiores preocupações sociais, mantendo vários trabalhos de assistência social, o que causou diversas discordâncias dentro do grupo. De acordo com Quadros:

O encontro desta ênfase missionária e a percepção das contradições sócio-econômicas geradas pelo modelo de desenvolvimento elitista do regime militar, levaram à criação de projetos voltados para o serviço social cristão. *O crescimento da sensibilidade com os problemas sociais também ocorreu entre os próprios estudantes universitários.* (...) Por cinco dias, os estudantes fizeram um “trabalho de higiene, de reorientação, conceitos de trabalho, de dignidade humana e ao lado de tudo isso, para coroar, a nossa evangelização”. Esta prática foi repetida em outros cursos regionais e nacionais da ABUB, provocando nos universitários uma experiência mais concreta com os problemas sócio-econômicos da população. (Grifos meus)¹⁵⁰

A prática abeuense, em alguns aspectos, buscava se alinhar à visão da Teologia da Missão Integral: cuidar do homem e do espírito. Como passou a ser a única organização paraeclesialística de caráter estudantil a permanecer ativa, diante dos movimentos revolucionários de 1968 e com as movimentações sociais a partir de 1974, quando o governo militar passa a “afrouxar” a linha dura da política, eles começaram a se envolver mais com as questões sociais e políticas. Em 1974 foi realizado o Congresso de Lausanne que deu início, tendo John Stott enquanto sintetizador, à Teologia da Missão Integral, que alinha o pensamento cristão ao envolvimento com todas as esferas da sociedade, inclusive a política.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 64

Considerações Finais

Como toda pesquisa historiográfica esta não se esgota e ainda está em andamento. Há muitas perguntas sem respostas e muitas hipóteses que podem ser confirmadas ou descartadas. Ainda há muito que pesquisar e no que se aprofundar. Porém, de antemão, podemos tirar algumas conclusões mediante a análise dos fatos apresentada pelas fontes e por estudos anteriores.

O que podemos confirmar é que a Denominação Batista desde sua inserção na sociedade brasileira buscou visibilidade social por meio da expansão numérica. Por seu caráter proselitista esta sempre teve no trabalho missionário a base para seu crescimento e consolidação no Brasil. A entrada no campo político partidário brasileiro e a conquista de espaços dentro desse âmbito tiveram dois caminhos: o primeiro, pregado nos púlpitos, jornais, revistas, comunicados e em qualquer forma de se fazer conhecer a opinião dos Batistas era a de cumprir a missão salvacionista na terra. Ou seja, o espaço político conquistado era simplesmente um meio de conseguir cumprir a missão de Cristo no mundo – leia ai a sociedade a qual o protestante (no caso específico os batistas) estão inseridos.

O segundo caminho, e que tem relação com o campo menos simbólico, é a consolidação e expansão da Denominação Batista em solo brasileiro. O campo político, assim como os outros campos da sociedade, era meio de inserção da mensagem batista, de suas doutrinas e ideais, assim como a conquista de novos fiéis para seus arraiais. Crescer em numero e qualidade é uma das bases do pensamento protestante – que teve sua origem no cisma que deu origem à Reforma Protestante, o que caracterizou esses grupos. A visão do Batista, então, seria ganhar “novas almas para Cristo” e levar sua mensagem de salvação, pois aumentar o número de prosélitos também era garantia de ampliar o número de eleitores.

Dentro do Campo Político observamos a disputa entre Conservadores e Progressistas ganhar diversas faces e formas de ação. Durante o Regime Militar, os conservadores, se apoiando nos mecanismos persecutórios do Governo e no anticomunismo, tiveram armas suficiente para abafar os questionamentos e lutas dos progressistas. A partir dos anos 1980 os progressistas aproveitam a reabertura política e o “afrouxamento” da “linha-dura” dos militares e o fim do bipartidarismo – em 1979 pelo Presidente Figueiredo – para lançar suas ideias, acerca da ação cristã- evangélica e da ação política se alinhando aos partidos de esquerda – mais precisamente o Partido dos Trabalhadores.

Os anos 1990 seguem legitimando essa caminhada que culmina, em 1997, na institucionalização do Movimento Evangélico Progressista (MEP) e na chegada de vários evangélicos progressistas ao Congresso Nacional. A visibilidade destes e suas ideias crescem tanto em nível nacional quanto nos arraiais das comunidades batistas. Atualmente, muitos compõem a Frente Evangélica do PT na Câmara.

Fontes

O Jornal Batista:

O JORNAL BATISTA, 31 de agosto de 1980

O JORNAL BATISTA, 16 de novembro de 1980

O JORNAL BATISTA, 05 de outubro de 1982

O JORNAL BATISTA, 04 de maio de 1984

O JORNAL BATISTA, 12 de janeiro de 1986

O JORNAL BATISTA, 16 de fevereiro de 1986

O JORNAL BATISTA, 13 de março de 1988

O Batista Baiano:

O BATISTA BAIANO, março de 1980

O BATISTA BAIANO, junho de 1980

O BATISTA BAIANO, julho de 1980

O BATISTA BAIANO, julho e agosto de 1982

Anais da Convenção Batista Brasileira:

ANAIS DA 62ª ASSEMBLEIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1980

Literatura:

ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras: a história sombria da igreja presbiteriana do Brasil*. São Paulo : Fonte Editorial, 3ª Edição, 2010.

BÍBLIA SAGRADA

CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo, Nascente, 1985.

PEREIRA, José dos Reis (da Silva). *História dos Batistas no Brasil (1882 – 1982)*. Rio de Janeiro, Junta de Educação Religiosa e Publicações (JUERP), 1982.

SILVA, Elizete da. *William Buck Bagby: Um pioneiro batista nas terras do Cruzeiro do Sul*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

TORRES, Djalma. *Caminhos de Pedra*. Feira de Santana – Bahia: Curviana, 2011.

Entrevistas:

Entrevista concedida ao autor por Edson Gama em sua residência, no Seminário Batista do Nordeste (STBNe), no dia 26 de agosto de 2011.

Entrevista concedida ao autor pelo Senador Walter Pinheiro em Encontro de Casais, na Igreja Batista Avenida, no dia 18 de setembro de 2011.

Estatutos:

Estatuto do Movimento Evangélico Progressista, 1997

Bibliografia

- ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: Representações dos Batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o Governo Militar na Bahia (1963 – 1975). 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.
- ALMEIDA, Vasni. “‘O estabelecimento do Reino de Deus’: Razões históricas para o antiecumenismo brasileiro”. In. DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Teixeira; LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros (org.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010.
- ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979.
- AZEVEDO, Israel Belo de. *A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro*. Piracicaba: Editora Unimep; São Paulo: Exodus. 1996.
- BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.
- BELOTTI, Karina Kosicki. “A participação dos evangélicos na mídia” In. ALMEIDA, Vasni de; SANTOS, Lyndon Araújo dos Santos; SILVA, Elizete da (orgs) “*Fiel é a palavra*”: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil. – Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BURITY, Joanildo. *Religião e democratização no Brasil: reflexões sobre os anos 80*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- _____. *Os protestantes e a revolução brasileira 1961 – 1964: A Conferência do Nordeste*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *O Mundo como Representação*. Estudos Avançados 11(5), 1991.
- FERREIRA, Muniz. “Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumênico brasileiro” In. DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Teixeira; LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros (org.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010.
- FREITAS, Nacelice. *Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização - 1970–1996*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 1998.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.

GUIMARÃES, Tarcísio Farias. *Os Batistas e as questões políticas em Feira de Santana*. IN. Epistemê, Feira de Santana, ano 4, n.1, jan/jun 2002.

MACHADO, Ziel. *Sim a Deus, sim à vida: evangélicos redescobrem a sua cidadania*. Rio de Janeiro : Novos Diálogos, 2011.

OLIVEIRA, Clóvis F. R. *De empório à princesa do Sertão: Utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893 – 1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2000.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957 – 1987)*. Rio de Janeiro: Novos Dialogos Editora, 2011.

ROCHA SOBRINHO, João. *Uma história do exercício da cidadania no Brasil*. Feira de Santana, 2010.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já – O grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 – (Coleção História do Povo Brasileiro).

SANTANA, Jorge Luiz Nery de. *Práticas e representações étnicas nas narrativas religiosas dos batistas em Feira de Santana (1947-1988)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Feira de Santana, 2010.

SANTOS, Adriana Martins dos. “Direita, Esquerda ou Centro: A trajetória política da IURD” In. *Revista Perspectiva Histórica – dossiê: Religião e Política: Revista publicada pelo Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas (CEBEP) – julho/dezembro de 2011, nº 1*.

SANTOS, Lyndon de Araújo. “Protestantismo e Modernidade”. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) – São Paulo: EDUC, 2008*.

SILVA, Elizete da. *“A Missão Batista Independente – Uma alternativa nacional”*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

_____. *Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. “Protestantes e o governo militar: convergências e divergências”. IN. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009

_____. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS. 2010.

_____. “Protestantismo e política na Bahia: Vocação e pragmatismo, fazer política para a glória de Deus” In. *Revista Perspectiva Histórica – dossiê: Religião e Política: Revista publicada pelo Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas (CEBEP) – julho/dezembro de 2011, nº 1.*

SILVA, Igor José Trabuco da. “*Meu Reino não é deste mundo*”: *a Assembléia de Deus e a Políticia em Feira de Santana (1972 – 1990)*. Dissertação (Mestrado em História). 197 f. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2009.

TEIXEIRA, Marli Geralda. “...*nós, os batistas...*”: *um estudo de história das mentalidades*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. 512 f. São Paulo, 1983.

TRABUCO, Zózimo Antonio Passos. “*À direita de Deus, à esquerda do povo*”: *Protestantismos, esquerdas e minorias em tempos de ditadura e democracia (1974-1994)* Tese (doutorado) 419 f. Rio de Janeiro, 2015.

_____. *Entre a ruptura cultural e a contextualização: a construção da identidade batista em Feira de Santana*. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 2ª ed. rev. São Paulo : Cengage Learning, 2009.